

**RELATÓRIO FINAL****I FASE DA CONSULTORIA REFERENTE AO P.36****2ª PARTE**

---

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE REFORÇO À INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS  
SOCIAIS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO DA UHE TELES PIRES E FORMULAÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRATÉGICAS PARA O  
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA /MT.****SOLICITANTES**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

**CONSULTORES RESPONSÁVEIS**

Prof. Dr Marcelo Rodrigues Mendonça (Coordenador)

Prof. Dr Eguimar Felício Chaveiro

Profa Doutoranda Edwiges C. C. Corrêa

CATALÃO, AGOSTO DE 2012.

## RELATÓRIO FINAL

### I FASE DA CONSULTORIA REFERENTE AO P.36

#### 2ª PARTE

---

#### APRESENTAÇÃO

A Segunda Parte da I Fase do Relatório Final Referente ao P.36 trata de indicações detalhadas das prioridades apontadas pelo município de Paranaíta. O detalhamento proposto se baseia nas indicações gerais contidas no Relatório Final - 1ª PARTE (fls. 102/190) para Paranaíta, referente ao meio socioeconômico e (fls. 200/204), referente ao sistema viário.

Essa 2ª Parte (da 1ª Fase) está dentro da previsão do Plano de Trabalho da Consultoria Independente, tendo como base a metodologia utilizada, qual seja, o Planejamento Estratégico Situacional, elaborada pelo Prof. Carlos Matos, consultor da Organização para as Nações Unidas, para a atualização da necessidade do Município e dos ajustes necessários na Segunda Fase do trabalho da Consultoria, que é o monitoramento, conforme a evolução da situação socioeconômica do Município dentro do período de construção da UHE Teles Pires.

Os quadros sínteses têm como referência os Eixos dispostos no P.36, (Educação, com os temas Esporte, Lazer, Cultura e Meio Ambiente Urbano; Esgotamento Sanitário; Abastecimento de Água; Coleta e Disposição Final de Resíduos; Segurança Pública; Saúde; Habitação; Alteração no Sistema Viário; Elevação das Receitas Públicas Municipais; e Assistência Social), tendo sido fundamentadas na análise da situação socioeconômica do Município e os impactos e possíveis impactos que estão ocorrendo e podem ocorrer durante a construção do Empreendimento, expostas no referido Relatório.

Ressalta-se, ainda que, como mencionado no Relatório, na construção das Medidas Compensatórias, Medidas Complementares e Programas, utilizou-se informações obtidas nas pesquisas de campo, nas entrevistas com o poder público e com a sociedade civil, nas pesquisas em fontes primárias e secundárias e no Relatório de Estudos de Impactos Ambientais.

Para tanto, consideramos **Medida Compensatória** aquela que se refere à intervenção imediata e/ou que não tenha durabilidade definida, pois apenas uma

ação direta poderá atender e solucionar os impactos ocasionados pelo Empreendimento. É uma forma de indenização *paga* pelo Empreendedor que causar determinado impacto não mitigável. **Medida Complementar** é aquela que se refere aos desdobramentos indiretos e que devem ser objeto de atenção no médio e longo prazo pelo Empreendedor e Poder Público mediante ações mitigatórias. E, **Programa** é aquela intervenção qualificada que assegure a natureza temporal das atividades propostas e que tenha abrangência e envolvimento dos participantes e também interfaces com diversas ações já desenvolvidas e que necessitam ser fortalecidas e/ou aquelas que necessitam ser implementadas.

Assim, passa-se a apresentar as medidas priorizadas e hierarquizadas pela administração pública do município de Paranaíta, contendo as indicações iniciais e que, para cada medida a ser implementada, deverá ser feito o projeto/plano de trabalho correspondente de forma específica e detalhada, conforme requerer o caso.

## 1. PROPOSITURAS PARA O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT

Conforme preconiza o Termo de Referência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Área de Influência Indireta (All) abrange as Áreas de Influência Direta (AID) e a Área Diretamente Afetada (ADA), correspondendo ao território onde a implantação da UHE Teles Pires impacta de forma indireta e direta os fatores socioambientais em estudo.

Assim, a All que corresponde ao território onde a implantação do Empreendimento impacta de forma direta e indireta o meio socioeconômico, engloba, necessariamente, os municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT), que sediam o Empreendimento, e ainda incorpora Alta Floresta, que polariza a estrutura econômica de toda essa região.

Conforme o EIA, dada a difícil acessibilidade da sede municipal de Jacareacanga e a incipiente estrutura urbana de Paranaíta, considerou-se como sendo indispensável integrar o município de Alta Floresta na All, pois sua sede, necessariamente, se constitui em importante ponto de apoio para a logística do Empreendimento, beneficiando-se diretamente dos investimentos que serão realizados, bem como sofrendo os impactos do incremento da demanda por serviços, especialmente de saúde e educação, entre outros. A All abrange uma

superfície de 67.049,49 km<sup>2</sup> (**Figura 4.2.1-1**), conforme EIA (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 90).

Trata-se da delimitação das ações a serem realizadas (Plano de Trabalho) referente às Proposituras apresentadas no Relatório Final da I Fase (1ª Parte) com a participação das Secretarias do Município, conforme os Eixos Temáticos existentes no P.36. Ainda, apresenta as prioridades hierarquizadas a partir das necessidades apresentadas por cada Secretaria, conforme a intensidade dos impactos provocados pela construção da UHE Teles Pires.

As propostas apresentadas estão referenciadas no Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, P.36, composto pelos Subprogramas: 1 – de Compensação Financeira; 2 – de Monitoramento Socioeconômico e; 3 – de Compensação Financeira Complementar. A Administração Pública estabeleceu prioridades para a efetivação das propostas, concernente às necessidades da prestação de serviço à população estabelecida no Município.

Os procedimentos adotados em cada uma dessas atividades são apresentados nos itens pertinentes. Considerando-se ainda que essas alterações não são originadas, exclusivamente, por um projeto isolado, mas sim pelo conjunto de interferências neste espaço, onde, ao mesmo tempo, incidem políticas públicas, investimentos diversos e legislação de âmbito federal, estadual e municipal faz-se necessário definir estas várias escalas de análise ou áreas de abrangência.

É importante considerar que as informações estão ancoradas no Relatório de Estudos de Impacto Ambiental – EIA (volumes 04 e 05), figuras e demais documentos Anexos ao EIA.

Uma série de documentos são citados com suas respectivas referências para facilitar a compreensão e assegurar a operacionalização do Relatório. Por exemplo, a descrição dos Planos, Programas e Projetos de Nível Federal específicos para a Amazônia e que podem ser acessados pelos Municípios atingidos comparece no **(Quadro 4.3.6-1) do EIA (Vol. 04, Cap. V, 2009, p. 55)**. A descrição dos Planos, Programas e Projetos de Nível Estadual – Estado de Mato Grosso estão caracterizadas no Relatório de Estudos de Impacto Ambiental, conforme o **EIA (Vol. 04, Cap. V, 2009, p. 65)**.

Já o **Quadro 4.3.6-3, nas páginas 67 e 68 do Volume 04, Capítulo V – Planos, Programas e Projetos de Nível Estadual – Estado de Mato Grosso**, contém

um resumo dos planos, programas e projetos em elaboração ou execução no Estado de Mato Grosso.

Ainda sobre os impactos no Meio Socioeconômico o EIA (Vol. 5, Cap. VII, 2009, p.131) apresenta o **Quadro 4.3-1 – Impactos do Meio Socioeconômico e Etapas do Empreendimento Associadas**. O item **4.3.4 Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais e o 4.3.4.1 Justificativa** - (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.101), destaca:

O presente programa tem como objetivo central a adequação dos sistemas de saúde, educação, saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos), lazer, sistema viário e de transportes e segurança pública dos municípios da All, visando atender plenamente o contingente populacional previsto quando da implantação da UHE Teles Pires. (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.101).

**O Quadro 4.3.4-1 – apresenta as proposituras sobre o Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.104).**

Corroboramos com a necessidade de reforço da infraestrutura e dos equipamentos públicos, conforme o EIA e o P.36:

Deve-se considerar, também, que a perspectiva de crescimento populacional dos municípios em pauta, caso confirmada, poderá aumentar a pressão sobre a infraestrutura existente. Caso não se realize o reforço necessário à infraestrutura e aos equipamentos urbanos, tendem a diminuir ainda mais os índices de atendimento do município, com significativa piora da qualidade de vida da população. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 135).

Finalizando, as condições de vida da população devem ser compreendidas a partir da transversalidade, uma vez que, temas como habitação, educação, saúde e inserção no mercado de trabalho e outros são interligados e indissociáveis. Essa compreensão nos permite dizer da necessidade de Medidas Compensatórias que sejam estruturantes e não apenas pontuais e/ou paliativas, pois podem não atender a necessidade de mitigar os impactos provocados pelo Empreendimento nas diversas esferas da existência, bem como no meio ambiente.

Ainda considera-se que, paralelamente à implementação das **Medidas Compensatórias Estruturantes** (curto e médio prazo), há que estabelecer e

fortalecer a **Rede de Proteção Social**, como forma imediata de mitigar os impactos do Empreendimento no cotidiano desse Município, visível a qualquer observador, principalmente nas áreas urbanas de Paranaíta.

**Quadro 01. Proposituras para o Município de Paranaíta – EDUCAÇÃO**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO EDUCAÇÃO – PARANAÍTA/MT**

<b>NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)</b>	Negativa
<b>FORMA (DIRETA/INDIRETA)</b>	Direta
<b>FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)</b>	Construção
<b>ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)</b>	Local
<b>TEMPORALIDADE (início do impacto) (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)</b>	Curto/Médio prazo

<b>MEDIDA COMPENSATÓRIA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Referência P.36</b>	<b>Referência no EIA</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<p><b>Construção do Centro de Formação Integrada</b> (Centro de Multiuso).</p> <p><b>ANEXO 01</b></p> <p><b>(Justificativa especial para os usos do Centro de Formação Integrada).</b></p>	<p>A formação técnica e superior são requisitos de fundamental importância para o avanço socioeconômico e tecnológico. Proporcionar oportunidade para a juventude ter acesso a cursos técnicos e superiores, contribui para o desenvolvimento do</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<p>Pág. 147 – item 4.3.8.1, Descrição e Caracterização do Impacto.</p>	<p>Elaborar o Plano de Trabalho de construção do Centro de Formação Integrada, contendo as especificações necessárias, conforme os usos múltiplos.</p> <p>Apresentar listagem dos equipamentos e mobiliários</p>	<p>Elaboração do projeto técnico de edificação.</p> <p>Execução das obras, conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p> <p>Aquisição dos equipamentos e mobiliários conforme as especificações apresentadas pelo</p>

	<p>Município. Espaço para assegurar a formação continuada e implantação de cursos universitários à distância. Esse espaço deve ser também usado para as práticas esportivas, de lazer, culturais e similares por toda a Comunidade Paranaitense. O espaço deve conter auditório para 250 lugares; ambientes para audiovisual; cursos de formação e capacitação; cozinha; instalações sanitárias; etc.</p>				<p>necessários para o funcionamento do Centro de Formação Integrada.</p> <p>Fornecimento do terreno e/ou espaço para ser readequado.</p>	Município.
<p><b>Reforma e ampliação do prédio da Biblioteca Municipal.</b></p>	<p>Adequação do espaço existente na biblioteca (construção de miniauditório para 100 lugares; readequação da cozinha e dependências sanitárias; e troca do telhado do espaço</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 147 – item 4.3.8.1, Descrição e Caracterização do Impacto.</p>	<p>Elaborar Plano de Trabalho da ampliação e da reforma.</p> <p>Apresentar a listagem de mobiliário equipamentos e</p>	<p>Elaboração do projeto técnico de edificação.</p> <p>Execução da obra, conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

	<p>existente).</p> <p>Aquisição do mobiliário e equipamentos, principalmente equipamentos para a climatização do ambiente.</p>				demais materiais necessários.	Aquisição dos equipamentos e materiais (mobiliário) necessários, conforme as especificações apresentadas pelo Município.
<p><b>Construção de um Centro de Educação Infantil.</b></p>	<p>Atualmente o Município está suprindo as necessidades com investimentos (recursos próprios e/ou em parceria com as esferas governamentais). O aumento da população exige estrutura para o cuidado com as crianças de 0 a 5 anos, cumprindo uma função social de proteção à criança.</p>	<p>Médio Prazo (2º semestre de 2013).</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 147 – item 4.3.8.1, Descrição e Caracterização do Impacto.</p>	<p>Elaborar o Plano de Trabalho do Centro de Educação Infantil no Município, contendo as especificações, quantidade e bairro onde será construído.</p> <p>Fornecimento do terreno.</p>	<p>Elaboração do projeto técnico de edificação.</p> <p>Execução da obra, conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

<p><b>Aquisição de equipamentos e mobiliários para as escolas da rede pública.</b></p>	<p>Os equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos são fundamentais para a qualidade do ensino.</p>	<p>Curto e Médio.</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 147 – item 4.3.8.1, Descrição e Caracterização do Impacto.</p>	<p>Apresentar o Plano de Trabalho (uso dos equipamentos e materiais), definindo as escolas a serem contempladas.</p>	<p>Aquisição dos equipamentos e demais materiais necessários indicados pela Secretaria Municipal de Educação.</p>
<p><b>Fornecer 03 ônibus para fazer as linhas que interligam as Comunidades às escolas rurais.</b>  (Assentamento São Pedro).</p>	<p>Houve um aumento da demanda por vagas nas escolas rurais, em decorrência da mudança de muitas famílias (especulação imobiliária) para o campo. Somente no ano de 2011 ocorreu estudantes em 03 escolas da área.</p>	<p>Curto e Médio prazo.</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 147 – item 4.3.8.1, Descrição e Caracterização do Impacto.</p>	<p>Elaborar o Plano de Trabalho e as especificações dos veículos.  O Assentamento possui atualmente 12 ônibus (terceirizados), porém solicitamos a aquisição de 03 ônibus para o ano de 2013.</p>	<p>Aquisição dos veículos, conforme especificação feita pelo Município.</p>
<p><b>Aquisição de equipamentos de informática e mobiliário para Escolas Municipais.</b></p>	<p>Assegurar bem estar e qualidade pedagógica para os estudantes.  Conforme a demanda da Secretaria de Educação podem ser necessários reforço</p>	<p>Curto e Médio Prazo</p>	<p>Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>		<p>Elaborar o projeto de necessidade dos equipamentos e mobiliários, contendo as especificações necessárias.</p>	<p>Adquisição dos equipamentos e mobiliários necessários, conforme as especificações técnicas apresentadas pelo Município.</p>

	para os anos subsequentes.					
--	----------------------------	--	--	--	--	--

### JUSTIFICATIVA

A educação é um direito fundamental e consagrado no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que assegura ser “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Em todas as sociedades a educação é fundamental para o pleno desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Investir na área educacional é, sem dúvida alguma, investir na construção de uma sociedade mais justa e no desenvolvimento econômico e social, não só do município, mas, do País.

A Secretaria Municipal de Educação afirma que: “[...] o deslocamento não previsto de pessoas cidade/campo, desencadeou a necessidade urgente de ampliação de espaços físicos nas escolas, que assegure no mínimo o que propõe o Plano Nacional de Educação. A nova configuração gerada pelo aumento da demanda nas escolas do Assentamento, também tem desencadeado a necessidade de ampliação do transporte escolar. A frota atual não comporta todos os alunos de forma segura. Houve um aumento, somente no ano de 2011, de 118 crianças nas (três) 3 escolas do Assentamento”. O município de Paranaíta tem grande potencial de desenvolvimento socioeconômico e, essa perspectiva requer avanço na melhoria do sistema educacional oferecido à população. A construção da UHE Teles Pires no Município apresenta a perspectiva de contribuir com o desenvolvimento econômico, porém, traz também, impactos negativos que precisam ser mitigados, sob pena de causarem prejuízos irreparáveis.

Já existe um déficit de vagas na rede pública de ensino, agora potencializada com aumento populacional em razão da construção da Hidrelétrica. Nesse contexto, cabe à CHTP investir no sistema educacional, segundo os projetos que são apresentados pela Secretaria Municipal de Educação para mitigar os impactos causados ou potencializados com o aumento populacional advindos da chegada de novos moradores em razão da construção da UHE Teles Pires.

Em Paranaíta, a demanda é pela existência de **Ensino Médio no Assentamento São Pedro** e pela ampliação do EJA (**Educação de Jovens e Adultos**) no campo para atender a demanda da população paranaítense. Outra preocupação é a “[...] reduzida participação da população estudantil na oitava série (11%) parece estar indicando evasão escolar, no sentido de interrupção dos estudos a partir da 5ª série”. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 380).

Em relação às escolas da zona rural, verifica-se que dos 20 estabelecimentos, 15 oferecem o ensino fundamental, apenas 4 oferecem ensino infantil e nenhuma oferece o ensino médio. A inexistência de ensino médio na área

rural acaba obrigando os alunos a migrarem para as cidades ou a abandonarem a escola após terem concluído o ensino fundamental. De acordo com dados fornecidos pelo MEC para o ano de 2007 ao comparar-se as taxas de evasão entre as escolas da área urbana e da rural percebe-se um percentual significativo de evasão já nos anos iniciais (1º a 4º série). (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 153).

Embora tenha ocorrido investimentos, as condições indicadas no EIA (2009) ainda se mantêm, nas Escolas do campo, principalmente no Assentamento São Pedro e na Gleba Mandacaru.

Um dos principais problemas da educação na zona rural destes municípios é a falta de transporte escolar em algumas áreas, o que obriga os alunos a andarem longas distâncias a pé. Em entrevistas realizadas com os professores das escolas que servem à população residente na AID foram apontadas as seguintes deficiências:

Má qualidade dos acessos; distância da casa dos alunos à escola; falta de recursos; falta de material didático e paradidático; má qualidade da merenda; falta de acesso à internet; falta de aparelhos para a prática de esportes. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 153).

No Assentamento São Pedro é urgente a criação de mecanismos para incentivar a população a retornar às Escolas, pois é grande o número de analfabetos e da evasão escolar ainda nas séries iniciais. Isso dificulta o incremento produtivo e o exercício laboral, principalmente da população mais jovem.

Com efeito, 23% da população formada pelo chefe e cônjuge é constituída por analfabetos. Entre os que declararam possuir escolaridade, a maioria parou no ensino fundamental I, com 35% havendo concluído o referido grau, e 23% com fundamental incompleto, ou seja, não chegaram à quarta série. Uma parcela minoritária (11%) declarou ter chegado ao colegial, sem contudo haver completado os estudos neste nível [...].(EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 381).

Essa situação, herança recente dos ciclos produtivos está sendo potencializada com a chegada de milhares de trabalhadores dia a dia em Paranaíta. É comum investimentos nos setores hoteleiros, de alimentação etc, porém os alojamentos dos trabalhadores (empresas terceirizadas) estão na área urbana e nos dias de descanso (folga) se percebe, claramente, “disputas”, como exemplo o uso de serviços públicos, dentre eles a Academia Aberta.

Assim, é urgente a construção de equipamentos públicos que possam atender a demanda dos trabalhadores, bem como as necessidades da população que fica alijada dos serviços prestados, que já não eram suficientes para assegurar a qualidade de vida.

**É nesse sentido que se propõe a imediata construção do Centro de Formação Integrada e reforma e ampliação da Biblioteca**

**Pública, como espaço que deve ser organizado para a apresentação de filmes (Cineclube), equipada com laboratório de informática para atender a demanda pelo uso de internet.**

Atualmente, verificou-se que os equipamentos públicos estão saturados e os trabalhadores se aglomeram na área urbana, demandando por serviços e “incomodando” a população local. Mitigar essa questão é responsabilidade imediata da CHTP, pois é comum o número de Boletins de Ocorrência, mostrando o crescente aumento da violência, além da prostituição, que graça na região, causando preocupações diversas. (Ver justificativa e dados apresentados na área de Segurança Pública).

#### **Quadro 02. Proposituras para o Município de Paranaíta – EDUCAÇÃO (ESPORTE E LAZER)**

<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO EDUCAÇÃO – ESPORTE E LAZER – PARANAÍTA/MT</b>						
<b>NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)</b>			Negativa			
<b>FORMA (DIRETA/INDIRETA)</b>			Indireta			
<b>FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)</b>			Construção			
<b>ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)</b>			Local			
<b>TEMPORALIDADE (início do impacto) (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)</b>			Curto/Médio prazo			
<b>MEDIDA COMPENSATÓRIA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIA P.36</b>	<b>REFERÊNCIA EIA</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<b>Readequação do espaço do Ginásio Poliesportivo Jaime Veríssimo de Campos.</b> Esse espaço deve	As atividades esportivas, de lazer e culturais são fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Em	Curto prazo.	Pág. 09 - item 6.2; c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.	Pág. 104 – Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa	Projeto já está disponível na Prefeitura Municipal (com adequações necessárias para os diversos usos,	Execução das obras conforme as especificações técnicas apresentadas pelo Município.com

<p>ser também um Centro de Convivência para atender toda a Comunidade.</p>	<p>Paranaíta a chegada de milhares de trabalhadores alterou a dinâmica demográfica e sócioprodutiva. Não há espaços públicos para exercer essas atividades. Assim propomos a ampliação e reforma do Ginásio Poliesportivo Jaime Veríssimo de Campos.</p>			<p>de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>atividades culturais/acústica e similares).</p>	<p>fornecimento do material necessário.</p>
<p><b>Fornecimento de veículo (ônibus) para a Secretaria de Esporte e Lazer.</b></p>	<p>O veículo ônibus DD com capacidade para 60 lugares equipado com ar-condicionado, toilet, dvd será usado para transporte de alunos, atletas, praticantes de esporte para as</p>	<p>Curto prazo.  (imediata)</p>	<p>Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).</p>	<p>Pág. 104 – Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Elaboração do plano de uso, com a destinação e as especificações do veículo.  Disponibilização de servidores (motoristas).</p>	<p>Aquisição do veículo conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

	atividades esportivas na região.					
<b>JUSTIFICATIVA</b>						
<p>A área de Esporte e Lazer é entendida como componente complementar das áreas de educação, saúde e assistência social, pois ao integrar esse espectro, contribui para a proteção social no sentido amplo, participando do processo de formação do cidadão e realizando atividades e ações que objetivam, em situações de vulnerabilidade social, retirar e/ou impedir que crianças, jovens e adultos se integrem ao mundo do crime e da violência.</p> <p>Para além dessa consideração, no mundo moderno a atividade física tem representado melhoria na qualidade de vida dos seres humanos, possibilitando-lhes uma maior produtividade e bem estar, diminuindo doenças, aumentando a expectativa de vida e melhorando a autoestima. Para tanto se faz necessário um movimento para fazer com que a população adquira novos hábitos saudáveis, com a prática diária de atividades esportivas. O que, inclusive, diminui os custos com tratamentos de problemas de saúde advindos do sedentarismo. Razão pela qual, é fundamental estruturar e reforçar as ações e programas na área de esporte e lazer. Ainda, a cidade receberá um grande contingente populacional, por isso é necessário oferecer atividades de recreação, lazer e integração social por meio da prática esportiva. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer realiza algumas atividades esportivas que não consegue atingir a maioria dos bairros pela escassez de recursos e de pessoal, assim, indicamos as ações prioritárias para reforçar o trabalho dessa área. O EIA aponta os investimentos em espaços e eventos culturais como uma ação preventiva para mitigar os efeitos do Empreendimento, principalmente entre os jovens. “Como Medida Preventiva deve ser incentivado criação de espaços e eventos culturais e voltados à prática de esportes e lazer [...]”. (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.120).</p>						

**Quadro 03. Proposituras para o Município de Paranaíta – INFRAESTRUTURA**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO INFRAESTRUTURA - PARANAÍTA/MT**

NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Direta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio/Longo prazo

MEDIDA COMPENSATÓRIA	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	REFERÊNCIA P.36	REFERÊNCIA EIA	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
<p><b>Ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água tratada no Município.</b></p> <p>Assegurar a ampliação e a limpeza do reservatório de água (captação) para abastecimento público.</p> <p>Capacidade de</p>	<p>Conforme levantamento realizado ocorre falta de água tratada no Perímetro Urbano.</p> <p><b>ANEXO 02</b> <b>(Documento da Prefeitura Municipal de Paranaíta – DAE – enviado a CHTP solicitando providências sobre a estrutura de abastecimento de</b></p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>P. 36 - Pág. 11 – item 6.3</p>	<p>Pág. 16 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD. Pág. 149, 150 e 151 – Quadro 4.3.8-2 – Capacidade do Reservatório para Abastecimento Urbano e</p>	<p>Elaboração do Plano de Trabalho (necessidades) conforme as especificações técnicas.</p>	<p>Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

<p>armazenamento: atualmente existente comporta 450 mil litros.</p> <p>Há a necessidade de mais um reservatório de 500 mil litros.</p>	<p><b>água).</b></p>			<p>Quadro 4.3.8-3 – População Atendida de Acordo com o Sistema de Abastecimento Urbano.</p>		
<p><b>Construção do Aterro Sanitário e Implantação da Coleta Seletiva.</b></p>	<p>A construção do Aterro Sanitário implica na implantação da coleta seletiva (separação do lixo seco e úmido) com geração de trabalho e renda para os trabalhadores.</p> <p>Para que a coleta seletiva seja realizada com qualidade são necessários maquinários e equipamentos específicos.</p> <p>Necessidade imediata de 01 caminhão prensa; e 01 caminhão de carga seca (caçamba).</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 12 – item 6.3 (Resíduos sólidos)</p>	<p>Pág. 103 Item 4.3.4.3. Pág. 104 – Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais. Pág. 142 – Quadro 4.6-3 – Impactos, Medidas e Programas – Meio Socio-econômico.</p>	<p>Fornecimento do terreno conforme as especificações técnicas e a legislação pertinente.</p> <p>Elaboração do projeto de implantação da coleta seletiva, destacando as áreas a serem atendidas.</p> <p>Disponibilização de recursos humanos e técnicos para viabilização do treinamento e capacitação dos servidores.</p>	<p>Elaboração do projeto técnico (em andamento).</p> <p>Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p> <p>Aquisição dos equipamentos e maquinários necessários à implantação da coleta seletiva apresentados pelo Município.</p>

<b>Implantação da rede de esgotamento sanitário na área urbana de Paranaíta e construção da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto.</b>	A Prefeitura Municipal está realizando o asfaltamento da área urbana, pois apenas 15% da área urbana possui asfalto. Entretanto são necessárias parcerias com a CHTP para a realização da estrutura de esgotamento e saneamento básico, previstas no EIA e no P.36.	Curto prazo.  Imediata.	P. 36 - Pág. 11 – item 6.3.	Pág. 102 Item 4.3.4.3. Pág. 104 – Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	Elaboração do projeto técnico de asfaltamento e infraestrutura de esgotamento sanitário e galerias pluviais.	Execução da obra de rede de esgotamento sanitário, conforme as especificações apresentadas pelo Município  Construção da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).
<b>Implantação do sistema de abastecimento de água tratada no Assentamento São Pedro</b>	De acordo com informações obtidas junto ao DAE da prefeitura do município, a área que apresenta maior carência deste tipo de serviço é o Assentamento São Pedro, que se configura, portanto,	Curto prazo.  Imediata.	P. 36 - Pág. 11 – item 6.3	Pág. 16 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD. Pág. 149, 150 e 151 – Quadro 4.3.8-2 – Capacidade do Reservatório	Elaboração do Plano de Trabalho (necessidades) conforme as especificações técnicas.	Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.

	como área prioritária para receber os futuros investimentos na área de abastecimento". (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 132).			para Abastecimento Urbano e Quadro 4.3.8-3 – População Atendida de Acordo com o Sistema de Abastecimento Urbano.		
<b>JUSTIFICATIVA</b>						
<p>A infraestrutura é a centralidade da organização do espaço territorial, quer seja na área urbana ou no meio rural. O município de Paranaíta tem carência de infraestrutura: uma pequena parcela das ruas do Perímetro Urbano possui asfalto; não há rede de esgoto e saneamento básico; a maioria dos domicílios utiliza-se de fossas rudimentares (IBGE, 2010). Parte da cidade não possui água tratada e com o aumento da demanda, a situação se agrava. As áreas verdes no espaço urbano e as APPs estão em situação de degradação. Não há coleta adequada de lixo. Segundo o IBGE (2010), apenas 53% dos domicílios têm o lixo coletado por serviço de limpeza. O depósito do lixo é à céu aberto, o que provoca doenças e problemas ambientais. Esse cenário exige uma intervenção urgente, efetuando medidas para sanar os problemas apontados. Diante da situação há que priorizar as atividades, iniciando-se pela <b>construção do Aterro Sanitário</b>.</p> <p>Quanto a <b>estrutura viária</b>: o enchimento do reservatório provocará o desaparecimento de diversas estradas vicinais e pontes de ligação, sendo obrigação do Empreendedor reparar o problema com a construção de novas estradas e pontes, mitigando o impacto para os munícipes.</p> <p>O enchimento do reservatório comprometerá algumas vias com características de tráfego local, que servem de acesso a estabelecimentos agropecuários localizados na AID. O empreendedor deverá, sempre que possível, recuperar essas vias, o que inclui a construção de travessias sobre braços do reservatório que serão formados. Quando a recuperação da via afetada não for viável, será incumbência do empreendedor a construção de acessos às propriedades, de modo de modo a evitar que estabelecimentos fiquem isolados. Foram identificadas 3 pontes sobre o rio Paranaíta que ficarão inviabilizadas quando da elevação do nível de água. Essas pontes deverão ser redimensionadas às expensas do empreendedor, evitando-se prejuízos aos usuários. (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 103).</p>						

Ainda, é necessária a adequação do sistema viário e da sinalização horizontal e vertical às novas demandas surgidas com a implantação do Empreendimento. (EIA, Vol. 5, Cap. IX, 2009, p. 143). Sobre a estrada de rodagem entre Paranaíta e Alta Floresta: “A ligação entre Paranaíta e Alta Floresta, por sua vez, é feita pela MT-206, que chega a ficar intransitável, inclusive para veículos tracionados, durante o período de chuvas, sendo de baixa confiabilidade. O trecho de 60 km da MT-206 que interliga as duas sedes urbanas não estão asfaltados, o que implica necessidade de manutenção constante. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 105).

A situação dos **resíduos sólidos em Paranaíta** é de muita gravidade. O lixo é depositado a céu aberto e sem qualquer atendimento a legislação pertinente, provocando enormidade de problemas sócio-ambientais. É comum a infestação de insetos (mosquitos, moscas etc.) na área urbana, atribuída pelos moradores, a proximidade do lixão e as precárias condições de acondicionamento.

Paranaíta não conta com organização para coleta seletiva, tampouco com catadores de lixo. A própria prefeitura leva os resíduos para um lixão a céu aberto. De acordo com informações oficiais, existe sistema de coleta específica para o lixo hospitalar, que, no entanto, é levado para o mesmo lixão municipal [...]. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 129).

Estabelecimento de parceria entre o empreendedor e a Secretaria de Obras, Transportes e Saneamento da Prefeitura Municipal de Paranaíta, visando à construção do aterro sanitário municipal. (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 103).

**Quanto aos Sistemas de Abastecimento, Esgotamento Sanitário e Coleta de Águas Pluviais**, conforme o EIA (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 131): “Em Paranaíta [...] existe pavimentação e drenagem de águas pluviais apenas nas proximidades da praça central do município, que também não conta com rede coletora de esgoto, sendo o mesmo destinado a fossas sépticas individuais”.

Está previsto nos documentos (EIA, PBA/P.36) sobre a obrigatoriedade de construção da rede coletora de esgoto sanitário e a construção da ETE:

Estabelecimento de parceria entre o empreendedor e Departamento Municipal de Água e Esgoto – DAE, vinculado à administração municipal; visando a construção do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES do município de Paranaíta, composto pela Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, rede coletora, emissários e Estações Elevatórias de Esgoto - EEE; (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 102).

**Todavia até o presente momento as medidas compensatórias referentes ao tema (Esgotamento Sanitário e ETE) não foram**

**iniciadas.** A Prefeitura Municipal está realizando o asfaltamento da área urbana com recursos próprios, entretanto são necessárias ações urgentes da CHTP para a realização da estrutura de esgotamento e saneamento básico. O Município assume a responsabilidade pela pavimentação e construção das galerias pluviais nos setores residenciais existentes e a CHTP se responsabiliza pela construção de 100% da rede de coleta e tratamento de esgoto, bem como a construção da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto). Mais grave ainda, é que decorrente de ações negociadas a partir do P.36, a CHTP está realizando asfaltamento de algumas vias públicas, porém sem a construção da rede de coleta de esgoto sanitário, contrariando o disposto no EIA e no P.36.

Sobre o **abastecimento de água** ver o Anexo 02 e páginas o EIA ( Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 102).

Outra questão relevante é que existe uma demanda por abastecimento de água no **Assentamento São Pedro**, ADA e que necessita de uma ação direta por parte da CHTP. “Ainda de acordo com informações obtidas junto ao DAE da prefeitura do município, a área que apresenta maior carência deste tipo de serviço é o Assentamento São Pedro, que se configura, portanto, como área prioritária ara receber os futuros investimentos na área de abastecimento”. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 132). Por fim salientamos a necessidade de estruturar adequadamente o abastecimento de água potável no Assentamento São Pedro, principalmente nos lotes atingidos e adjacências.

**Quadro 04. Proposituras para o Município de Paranaíta – ELEVÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO NA ELEVÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS - PARANAÍTA/MT**

NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Direta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio/Longo prazo

MEDIDA COMPENSATÓRIA	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	Referência P.36	Referência EIA	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
<p><b>Fortalecimento das condições técnicas e administrativas para a elevação das receitas municipais.</b> Para isso são necessárias:</p> <p><b>Capacitação dos servidores públicos municipais</b> para o</p>	<p>Necessidade de informatizar a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Administração para melhorar a qualidade do atendimento e controle sobre as finanças do Município. Estruturação e controle de ISSQN e demais</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 18 - Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Disponibilização de recursos humanos e técnicos para a capacitação.</p>	<p>Contratação de consultoria especializada para implantação de programa de informatização (software) da Secretaria de Finanças.</p> <p>Contratação de um consultor para capacitação na área tributária para</p>

<p>exercício da gestão pública (especificamente para viabilizar o aumento da arrecadação municipal).</p> <p><b>Estruturação do Departamento de Recusos Humanos</b> (capacitação, avaliação dos servidores e similares).</p>	<p>tributos. Estruturação do sistema de arrecadação de tributos, licenciamentos, taxas e sistema de fiscalização do Município.</p>					<p>a formação técnica dos servidores, conforme demanda apresentada pelo Município.</p>
<p><b>Reformulação do Código Tributário Municipal.</b></p>	<p>Adequação do Código Tributário Municipal com o objetivo de ampliar as receitas tributárias, conforme o disposto no Plano Diretor do Município (em construção). Implantação de banco de dados</p>	<p>Curto prazo.  Imediata.</p>	<p>Pág. 18 - Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Disponibilização de recursos humanos e técnicos para a viabilização do treinamento.</p> <p>Enviar o Projeto de Lei (Reformulação do Código Tributário) para a Câmara Municipal.</p>	<p>Contratação imediata de consultoria especializada para suporte técnico, conforme as necessidades do Município.</p> <p>Em parceria com o Município elaborar o novo Código Tributário Municipal.</p>

	e softwares adequados.					
--	------------------------	--	--	--	--	--

### JUSTIFICATIVA

Sobre a necessidade de capacitar o quadro de servidores públicos, ressalta-se que já havia sido observado pela Equipe responsável pela elaboração do no EIA em 2009. Considera-se que diante das novas demandas na gestão pública a partir do investimentos propiciados pela chegada do Empreendimento, essa demanda é urgente e constatada no P.36, como uma das prioridades a serem viabilizadas pelas medidas compensatórias. “Ainda de acordo com informações obtidas junto ao departamento de Recursos Humanos, a Prefeitura não dispõe de programa de capacitação de funcionários, mas apenas cursos eventuais, oferecidos de acordo com as demandas específicas de determinados setores”. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 123).

#### Quadro 05. Proposituras para o Município de Paranaíta – HABITAÇÃO

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO HABITAÇÃO - PARANAÍTA/MT

NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Indireta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio prazo

MEDIDA COMPENSATÓRIA	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	Referência P.36	Referência EIA	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
						Elaboração do

<p>Construção de 250 unidades habitacionais para as famílias de baixa renda no Município.</p>	<p>Construção de unidades habitacionais pela CHTP com abastecimento de água, iluminação pública, coleta de esgoto sanitário e asfaltamento.</p>	<p>Curto e médio prazo (necessidade imediata)</p>	<p>Pág. 16 – item 6.7</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Elaboração do Plano de Trabalho, conforme as especificações técnicas.</p> <p>Fornecimento do terreno para a construção das 250 unidades habitacionais.</p>	<p>projeto técnico de edificação.</p> <p>Execução da obra. As 250 unidades habitacionais devem ser construídas conforme a legislação pertinente (pavimentação e calçamento das vias, galerias pluviais, rede de esgoto sanitário, abastecimento de água e iluminação pública)..</p>
---	---	---	---------------------------	---	---	---

#### JUSTIFICATIVA

O aumento da população com o início da construção da Hidrelétrica ampliou o déficit habitacional, o que resultou em situações diversas. Uma delas em que as famílias que possuem moradias na área urbana para os filhos estudarem, alugaram essas casas e se aglomeraram em unidades habitacionais com parentes; outras motivaram o deslocamento dos filhos para o campo, aumentando a demanda nas escolas rurais, impactando o transporte escolar e a precária infraestrutura existente. Disso decorreu a especulação imobiliária e o elevado preço dos aluguéis e demais serviços que penalizam, sobremaneira, as populações empobrecidas. Conforme IBGE, em 2010 havia em Paranaíta um déficit habitacional de 49 casas. Isso implica na necessidade imediata de um Programa de construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda, levando em consideração o vertiginoso aumento desse tipo de demanda.

A elaboração adequada do **Plano Diretor em Paranaíta** é uma contrapartida imediata da CHTP no Município. A demora na

realização está comprometendo, sobremaneira, e criando elementos que podem ter sequelas significativas nesse Município. Essa é uma demanda que já existia e independe da chegada do Empreendimento. Então, qual a relação com o Empreendimento? É que com o início da construção da UHE Teles Pires ocorreu um afluxo de pessoas para a região, demandando habitações e muitas, não tendo condições de pagar os preços elevados de locação (aluguéis) pressionam para a ocupação das áreas periféricas, sem qualquer infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis.

A demanda por habitação nos municípios da All, considerando-se o incremento populacional, deverá aumentar significativamente, sobretudo ao se considerar que cerca de 30% dos trabalhadores empregados na construção do empreendimento serão casados, e que as famílias não residirão com eles no acampamento, instalando-se, provavelmente, em Paranaíta e Alta Floresta. Para absorver a demanda crescente por habitação, portanto, o empreendedor deverá construir, em consonância com as disposições do Plano Diretor Municipal, habitações para os familiares de trabalhadores da obra. [...] **O responsável pela implantação do presente programa é o empreendedor**, que poderá contar com parceiros institucionais como prefeituras, Secretarias de governo e outros. (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 104, grifos nossos).

Em Paranaíta as consequências dos ciclos rápidos de produção não permitiu a consolidação de uma especialização produtiva e, criou na população o receio de que qualquer “onda de investimentos” possa deixar sequelas, às quais denominam de “ressaca”, como aquelas ocorridas após o surto aurífero e madeireiro na região. Isso implicou no redesenho da área com “rugosidades” no tecido urbano – paisagens residuais, algumas em processo de refuncionalização.

**Quadro 06. Proposituras para o Município de Paranaíta – SEGURANÇA PÚBLICA**

**OBSERVAÇÃO - Todos os equipamentos e veículos solicitados devem ser disponibilizados tanto para a Polícia Militar quanto para a Polícia Civil em Paranaíta/MT.**

<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO SEGURANÇA PÚBLICA – PARANAÍTA/MT</b>	
NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Imediata
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Regional
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio prazo

<b>MEDIDA COMPENSATÓRIA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Referência P.36</b>	<b>Referência EIA</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<b>Reforma e ampliação da Cadeia Pública Municipal</b> com celas para homens, mulheres e presos civis.	Adequação e ampliação do prédio da cadeia pública com espaço para a administração das polícias civil e	Curto prazo.  Imediata.	Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura	Elaboração do Plano de Trabalho. Articulação político-institucional com o Poder Público Estadual para a disponibilização de	Elaboração do projeto técnico de edificação.  Execução das obras indicadas, conforme as

<p>E, <b>Construção do muro.</b> <b>Reforma do prédio da delegacia.</b></p>	<p>militar. A contratação de servidores públicos deve ser por meio de concurso público. Nesse caso os servidores são de responsabilidade do Governo Estadual.</p>			<p>e Equipamentos Sociais.</p>	<p>mais profissionais no Município.</p>	<p>especificações apresentadas pelo Município.  Aquisição do mobiliário e equipamentos de informática, conforme especificações do Município.  Estabelecimento de Convênio (mediante a atuação do Ministério Público) com a Secretaria Estadual de Segurança Pública para a contratação imediata de servidores e acordos para a construção de infraestrutura adequadas, conforme as demandas apresentadas.</p>
---	---	--	--	--------------------------------	---	---

<p><b>Aquisição de equipamentos</b> para a Polícia Civil e Polícia Militar.</p>	<p>Equipamentos de comunicação e equipamentos de informática necessários para as atividades de segurança pública no Município.</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Fornecimento do plano de uso e listagem dos veículos (especificações adequadas) em parceria com a Equipe de Segurança Pública no Município.  Equipamentos de informática (04 computadores e 02 impressoras multifuncionais)</p>	<p>Aquisição dos equipamentos de comunicação, de informática e mobiliários necessários, conforme as especificações técnicas da área de Segurança Pública, apresentadas pelo Município.</p>
<p><b>Aquisição de dois veículos</b> (camioneta traçada 4x4) para a Polícia Civil e Polícia Militar.</p>	<p>Aquisição de (02) veículos com tração, adequados para as estradas rurais da região, sendo 01 para a Polícia Civil e 01 para Polícia Militar.</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Fornecimento do plano de uso e especificações adequadas, conforme a Equipe de Segurança Pública no Município.</p>	<p>Aquisição dos veículos, conforme as especificações técnicas da área de Segurança Pública, apresentadas pelo Município.</p>
<p><b>Instalação de Posto Policial</b></p>	<p>Construção de um Posto Policial Comunitário com</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18,</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-</p>	<p>Elaboração do projeto técnico. Fornecimento do</p>	<p>Execução da obra conforme as especificações</p>

<p><b>Comunitário no Assentamento São Pedro.</b></p>	<p>condições adequadas de atendimento a população.</p> <p>Adensamento populacional e a de pessoas estranhas que podem acessar através do Lago.</p> <p>É uma área de escape (refúgio) para praticantes de roubo, latrocínio e similares.</p>		<p>Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<p>1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>terreno para a construção.</p>	<p>apresentadas pelo Município.</p> <p>Aquisição dos equipamentos (móveis, informática, comunicação) necessários ao funcionamento do Posto Policial Comunitário.</p>
<p><b>Construção de um Centro de Polícia Comunitária no Jardim Esperança.</b></p>	<p>Construção de um Centro de Polícia Comunitária (bairro com maior adensamento populacional) para atendimento da população residente na área periférica.</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Elaboração do projeto de técnico.</p> <p>Fornecimento do terreno para a construção.</p>	<p>Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p> <p>Aquisição dos equipamentos (móveis, informática, comunicação) necessários ao</p>

						funcionamento do Centro de Polícia Comunitária.
<b>Construção do abrigo</b> que atenda crianças do sexo masculino e feminino (com 30 vagas).	Espaço para acolher e possibilitar as condições adequadas (lazer, práticas esportivas, capacitação) à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou vítimas de violência.	Curto a médio prazo.	Pág. 13 – item 6.4 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	Elaboração do projeto técnico e as especificações necessárias.  Fornecimento do terreno.	Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.  Aquisição do mobiliário e equipamentos necessários para o pleno funcionamento do Abrigo.

#### JUSTIFICATIVA

Com o aumento da população a área de Segurança Pública sofre impacto imediato, isto porque o número de ocorrências, seja de pequenos ou de grandes problemas cresceram consideravelmente. A construção da UHE, ainda que a empresa selecione seus funcionários, nem ela, nem o poder público conseguem impedir a chegada de pessoas com as mais diversas características, já que em nosso País o direito de ir e vir é consagrado na Constituição Federal de 1988, Art. 5º, XV. O Município de Paranaíta não possui condições adequadas para proporcionar a devida segurança a seus habitantes, tampouco aos milhares de trabalhadores que chegaram e ainda chegarão. Portanto, cuidar da segurança pública e criar as condições para uma adequada prestação de serviços nessa área é fundamental para garantir a paz social. Os aspectos de estrutura para desenvolver as atividades de segurança, devem ser fornecidos pela empresa que realiza o Empreendimento em parceria com o poder público. Os aspectos de aumento de

contingente pessoal é privativo do Estado, portanto, nesse quesito é necessário que todos envidem esforços para conseguir, junto ao governo estadual, o aumento de efetivo para o Município com o objetivo de adequar-se à nova situação. No ano de 2008, houve, em Paranaíta, 235 boletins de ocorrência, em sua maioria referentes a agressões e ameaças. [...] As ocorrências mais frequentes, neste caso, são furtos, acidentes de carro e ameaças. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 124). A mesma preocupação e orientação comparece no EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 103).

Essa situação verificada pela Equipe responsável pela elaboração do EIA em 2009 foi piorada. Isso foi verificado, quando do levantamento de dados e pesquisas de campo em 2012, pela Consultoria Independente. Se naquele período, em que o Empreendimento sequer havia iniciado, era constatado a insuficiência e a precariedade nos serviços de segurança pública, imagine com o início das obras (2011) e o emprego direto de mais 02 mil pessoas atualmente, afora aqueles que vieram e continuam chegando todos os dias em busca de trabalho e novas oportunidades.

O Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (2012, p. 21), estabelece como desafio: “Melhorar os indicadores de Segurança Pública de modo a colaborar para que o Estado de Mato Grosso reduza os números da criminalidade até o final de 2015.” Assim, a Segurança Pública é um desafio imposto a todos, órgãos públicos diretamente responsáveis e instituições que atuam na sociedade, que sejam empreendedores ou sociedade civil.

No EIA, item 4.4.5.7 **Segurança Pública** (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 124) diz: “De acordo com relatos dos delegados e comandantes entrevistados em Paranaíta e Alta Floresta, a estrutura de segurança pública nesses municípios é precária. Alta Floresta possui sete policiais civis efetivos e sessenta policiais militares, além de dois delegados e duas delegacias (uma municipal e outra regional).

Essa mesma diretriz comparece no EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 103). Essa situação verificada pela Equipe responsável pela elaboração do EIA em 2009 foi piorada. Isso foi verificado, quando do levantamento de dados e pesquisas de campo em 2012, pela Consultoria Independente. A situação é **muito crítica**, pois não foram realizados investimentos e as medidas compensatórias são tímidas e pouco eficazes, necessitando de uma atenção forte por parte dos Empreendedores, conforme consta no EIA/RIMA e no P.36.

Quadro 07. Proposituras para o Município de Paranaíta – SAÚDE

<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO SAÚDE - PARANAÍTA/MT</b>	
NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Direta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local
TEMPORALIDADE (início do impacto) (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio prazo

<b>MEDIDA COMPENSATÓRIA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Referência P. 36</b>	<b>Referência EIA</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<p><b>Ampliação do Laboratório Municipal de Análises Clínicas</b> e aquisição dos equipamentos necessários.</p> <p><b>ANEXO 03</b> <b>Listagem dos Equipamentos para o Laboratório de Análises Clínicas.</b></p>	Ampliação da estrutura física para atendimento às crescentes demandas da população.	Curto prazo.  Imediata.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico .	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	Apresentar o projeto de necessidades e a listagem dos equipamentos e mobiliários em acordo com as especificações técnicas da área.	<p>Elaboração do projeto técnico.</p> <p>Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p> <p>Aquisição de mobiliários e equipamentos para conforme listagem</p>

						apresentada pelo Município.
<p><b>Aquisição de insumos necessários ao funcionamento do Hospital Municipal de Paranaíta</b> (Hospital São Vicente), conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.</p>	<p>O arrendamento do Hospital São Vicente é uma ação do Município para ampliar e melhorar os serviços de saúde mediante o pagamento de 20 mil reais mensais por seis meses com término em set/2012. O arrendamento poderá ser prorrogado por mais 06 meses. Lei Municipal n. 616/2011 de 21 de outubro de 2011.</p> <p>Lembramos que diversos trabalhadores do Empreendimento (CHTP e terceirizadas), tem sido atendidos no Hospital,</p>	<p>Curto e Médio prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.</p>	<p>Elaboração de Plano de Trabalho.</p> <p>Estabelecer cronograma de atividades para capacitação dos servidores municipais.</p> <p>Manutenção do arrendamento do Hospital São Vicente pelo Município. Ao final do prazo do arrendamento deve ser avaliado pelo Conselho Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde a aquisição do referido Hospital, com aporte financeiro por parte da CHTP.</p>	<p>Aquisição dos materiais e insumos necessários ao funcionamento do Hospital Municipal de Paranaíta (Hospital São Vicente), conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>Capacitação dos servidores municipais.</p> <p>Disponibilização de um Hospital Municipal para atendimento das demandas de saúde no Município.</p>

	entretanto não há nenhuma contrapartida por parte da CHTP.					
<p><b>Implementação imediata da sala de estabilização no Hospital Municipal (São Vicente).</b></p> <p><b>ANEXO 04</b> Portaria Nº 2.338, de 3 de outubro de 2011 do Ministério da Saúde.</p> <p><b>ANEXO 05</b> Portaria Nº 1.020, de 13 de maio de 2009 do Ministério da Saúde.</p>	Fornecimento dos equipamentos necessários para a instalação da sala de estabilização para atender pacientes em estado grave.	Curto prazo.  Imediata.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	Elaboração do projeto técnico com as especificações necessárias para a estruturação da sala de estabilização.	Aquisição dos equipamentos e materiais necessários para a instalação da sala de estabilização.  Capacitação dos servidores municipais na área da saúde, conforme cronograma apresentado pelo Município.
<p><b>Construção de (03) Minipostos de Saúde no Assentamento São Pedro,</b> conforme demanda</p>	Ampliação da estrutura para atendimento de saúde básica a população.	Curto e Médio prazo.  Imediata.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas	Elaboração do Plano de Trabalho dos Minipostos de Saúde.  Disponibilização do	Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.

apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.			.	do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	terreno para a construção das novas unidades de saúde.	Aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para o funcionamento dos Minipostos de Saúde.
<b>Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde.</b>	Os veículos deverão atender as especificações: Para o 1 semestre de 2013, aquisição de 03 veículos (Uno Mille Way com 04 portas, ar condicionado e direção hidráulica) para as equipes de Saúde da Família.  E aquisição de 01 veículo para transporte (adaptado) para portadores de deficiência física.	Médio prazo.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico	Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais.	Elaboração do Plano de Trabalho e usos dos veículos.	Aquisição dos veículos conforme as especificações do Município.
<b>Aquisição de insumos e</b>	Disponibilização de equipamentos para o combate às	Imediata.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18,	Pág. 84 -	Elaboração do Plano de Trabalho.	Aquisição dos insumos e equipamentos para o

<p><b>equipamentos para o combate as doenças endêmicas (relacionada ao P.30 - Plano de Ação e Controle da Malária).</b></p> <p><b>Construção do Laboratório de Hematologia (P.30).</b></p> <p><b>Depósito de insumos e aquisição de bombas costais motorizadas. (P.30).</b></p>	<p>doenças endêmicas.</p>		<p>Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p> <p>P. 29 - Programa de Controle e Prevenção de Doenças.</p>	<p>Quadro – 4.2.19-2. Síntese das Medidas que devem ser iniciadas durante o período da obra.</p>	<p>Levantamento da demanda de medicamentos com especificações e quantidade para cada período (mensal).</p> <p>Apresentar a listagem de insumos e similares conforme a necessidade do Município.</p>	<p>Laboratório de Hematologia.</p> <p>Aquisição e fornecimento para a Secretaria Municipal de Saúde dos medicamentos e insumos, conforme cronograma apresentado pelo Município.</p>
<p><b>Aquisição de software e criação de um banco de dados na Secretaria Municipal de Saúde.</b></p>	<p>Adquisição de software profissional adequado para implantação e treinamento dos servidores da Secretaria da Saúde.</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico</p>	<p>Pág. 105 - Quadro 4.3.4-1, Grau de Resolução das Medidas do Programa de Reforço à Infraestrutura e</p>	<p>Disponibilização de servidores.</p> <p>Manutenção do banco de dados.</p>	<p>Aquisição do software e disponibilização à Secretaria de Saúde.</p> <p>Capacitação dos servidores municipais.</p>

				Equipamentos Sociais.		
<b>Construção de um centro especializado para tratamento e recuperação de dependentes químicos (30 vagas).</b>	Espaço para atender as pessoas acometidas pela dependência química. O aumento de milhares de trabalhadores em Paranaíta ampliou o consumo de drogas lícitas e ilícitas, sendo necessário medidas preventivas e de tratamento dos dependentes químicos.	Médio prazo.	Pág. 14 – item 6.6 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico .	Pág. 21 – Quadro 4.1.1-1, Grau de Resolução das Medidas do Plano Ambiental para Construção – PAC.	Elaboração do Plano de Trabalho.  Fornecimento do terreno para a construção.	Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.  Aquisição do mobiliário e dos equipamentos necessários.

### JUSTIFICATIVA

A saúde é uma das áreas diretamente atingida com o aumento da população. A atual estrutura disponível para o atendimento à população já sofreu grande impacto com a chegada de pessoas de outras regiões em busca de trabalho e oportunidade de melhor condição de vida. Além do que, não há estrutura para atender os casos de maior complexidade. Conforme dados do Ministério da Saúde (Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012) houve um aumento no número de consultas médicas (em Unidades de Saúde da Família) em Paranaíta, a ordem foi de 42% do ano de 2009 para 2012. As ações compensatórias nessa área são estruturantes e necessárias para o atendimento da população e para manter a qualidade de vida.

Quanto ao número de médicos existentes, “Esse quantitativo de profissionais resultou numa concentração de 0,5 médicos a cada mil habitantes, valor inferior ao parâmetro recomendado pelo Ministério da Saúde de ‘um médico a cada mil habitantes’”. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 192). Ainda se percebe o significativo número de internações hospitalares SUS, “Cerca de um terço dessas internações tem como causa as Doenças Respiratórias, com variação de 30,6% a 38,8% no período de 2000 a 2007, quando excluídas as internações por Gravidez, Parto e Puerpério”. (p.193).

Em Paranaíta, as doenças respiratórias ocuparam o primeiro lugar das causas de internações hospitalares no SUS, com 38,8%. Entre estas, as doenças crônicas das vias aéreas, a influenza e a pneumonia colocaram-se como as principais causas de morbidade hospitalar. A primeira foi responsável por cerca de metade das internações no período (49,9 a 55,7%) e, juntas, as outras duas variaram de 36,4 a 45,5% das internações hospitalares SUS. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 194).

Preocupação maior ocorre sobre a **malária em Paranaíta** (P.30 - Plano de Ação e Controle da Malária):

Segundo indicações dos técnicos do município, foram identificados os pontos da área urbana com maior concentração de casos. Esses locais foram georreferenciados, e estão dentro do raio de vôo do mosquito vetor ao se considerar a distância dos criadouros. Na Rua Rio de Janeiro, localizada na área periférica de Paranaíta, foram notificados vários casos de malária, incluindo um óbito. [...] Observando-se a ocorrência de malária no município no período de 2003 a 2008, infere-se que a mesma esteja sob controle, porém a região continua vulnerável à circulação de plasmódios. O risco de sua reintrodução por meio de indivíduos portadores é sempre uma ameaça ao município. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 200).

Sobre a necessidade de investimentos decorrentes do afluxo de milhares de trabalhadores, resultando na imediata compensação mediante ações mitigatórias na área da saúde:

Estabelecimento de parcerias junto aos órgãos públicos municipais responsáveis pela saúde pública na All, visando a reforçar a infraestrutura de atenção à saúde, por meio da contratação de profissionais da área e da aquisição de materiais médico-hospitalares, medicamentos, insumos biológicos, leitos hospitalares e veículos. (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 105).

Em 2009, o EIA alertava sobre os riscos de **gravidez na adolescência**:

Além dos aspectos relacionados ao controle das DSTs, um outro aspecto relatado pelos gestores é a gravidez na adolescência, que alcança cerca de 30% das gestações. São frequentes as uniões de parceiros muito jovens e a maternidade precoce. Mesmo com um programa de orientação realizado pelo Serviço de Assistência Especializada (SAE) sobre a responsabilidade de ser mãe, é comum meninas de 13 a 14 anos tornarem-se mães em Paranaíta, apontando para a necessidade de ações de saúde, bem como ações de planejamento familiar direcionadas aos adolescentes. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 201).

Paranaíta possui quase metade da sua população no campo, principalmente por conta do **Assentamento São Pedro** que apresenta quase 800 famílias, sendo urgente a estruturação de políticas e infraestrutura de saúde na área.

A Secretaria de Saúde de Paranaíta possui projeto para implantação de um posto de saúde na área do Assentamento São Pedro. Este posto de saúde seria implantado fora dos contornos da AID; entretanto, seria uma opção para a população da AID, em especial os residentes próximos ao rio Paranaíta. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 327).

A condição geográfica do Município exige atenção:

Diante da grande extensão da área rural do município, das vias de acesso precárias e da distância dos serviços de referência, o município depende de veículos para as remoções de urgência (ambulâncias) e transporte eletivo (pacientes com pouca mobilidade, pacientes para tratamentos como hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, entre outros). (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 191).

Está em construção pela CHTP uma Unidade Básica de Saúde no Assentamento São Pedro, mas segundo a equipe de saúde do Município é necessário a construção (com equipamentos e profissionais) de mais **03 Minipostos de Saúde no Assentamento**. Observe o constatado no EIA e verificado *in locu* quando da visita da Consultoria Independente no Assentamento São Pedro:

Quando indagados sobre onde busca serviços de saúde, 75% dos entrevistados disseram recorrer a Postos de Saúde em Paranaíta, e uma parcela significativa (45%) diz que se automedica, buscando serviços médicos

apenas quando a situação é “muito grave”. Apenas 5% da população pesquisada declararam utilizar o posto do projeto quando necessitam de serviços médicos. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 382).

**Prioridade na área da saúde:** reforçar a infraestrutura de saúde, incluindo a contratação de profissionais capacitados, a aquisição de materiais médico-hospitalares, medicamentos, insumos biológicos, leitos hospitalares e veículos. (EIA, Vol. 5, Cap. IX, 2009, p. 143).

Por fim, deve se observar os **ANEXOS 06 e 07** que apresentam o crescimento da demanda pelos serviços de saúde no Município de Paranaíta.

#### Quadro 08. Proposituras para o Município de Paranaíta – SISTEMA VIÁRIO – TRÂNSITO/TRANSPORTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO SISTEMA VIÁRIO – TRÂNSITO/TRANSPORTE – PARANAÍTA/MT	
NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Direta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Construção
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio prazo

MEDIDA COMPENSATÓRIA	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	Referência P.36	Referência EIA	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
<b>Aquisição de um veículo utilitário.</b>	O veículo utilitário (modelo strada) será usado para	Curto prazo.	Pág. 14 – item 6.5 c/c Pág. 18, Subprograma de	Pág. 156 – Item 4.3.9	Elaboração do projeto de uso e as especificações	Aquisição do veículo, conforme a especificação

	<p>transportar materiais e equipamentos necessários à sinalização do trânsito.</p> <p>O Município adquiriu equipamento para sinalização horizontal, mas necessita ampliar suas ações diante do aumento dos fluxos no trânsito, bem como do aumento do número de acidentes.</p>	Imediata.	Monitoramento Socioeconômico.	Alteração do Sistema Viário.	necessárias.	<p>apresentada pelo Município.</p> <p>Aquisição dos equipamentos e materiais necessários, solicitados pelo Município para a Sinalização e Fiscalização do Trânsito.</p>
<p><b>Aquisição de equipamentos e materiais para a Agência Municipal de Trânsito.</b></p>	<p>Realização de parceria com DETRAN para Implantação do Sistema de Sinalização e Fiscalização do Trânsito.</p>	Curto e Médio prazo.	Pág. 14 – item 6.5 c/c Pág. 18, Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.	Pág. 156 – Item 4.3.9 Alteração do Sistema Viário.	Reforço e apoio na sinalização de Trânsito (material de sinalização conforme a demanda apresentada pela Agência Municipal de Trânsito).	<p>Aquisição de equipamentos para a sinalização e fiscalização, conforme demanda apresentada pelo Município.</p>

					Construção de lombadas.	
<b>Construção de ciclovias nas vias de maior fluxo de pessoas.</b>	Eixo alternativo de mobilidade no espaço urbano. Transporte não poluente.	Curto e Médio prazo.	Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05 c/c 6.5 – pág. 13	Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158).	Apresentar o Estudo Técnico conforme as especificações legais.	Execução das obras conforme as especificações apresentadas pelo Município.

### JUSTIFICATIVA

O trânsito é um elemento de grande preocupação das autoridades públicas e é um dos elementos de segurança, pois, o aumento da circulação de veículos no Município coloca em risco a segurança da população em razão do aumento do número de acidentes e potenciais acidentes. Com a construção da UHE Teles Pires a circulação de veículos é significativa, incluindo motos e veículos de grande porte. Essa mudança no trânsito urbano e seus arredores exige medidas de prevenção, sinalização e fiscalização, como medidas de segurança da população do lugar. Para tanto, é necessário desenvolver uma política adequada para o setor, o que importa em estrutura material, composta de veículos, equipamentos e a estrutura de sinalização. Além disso, é necessário treinar e capacitar pessoal para desenvolver as atividades. As parcerias devem ser firmadas, com destaque para o fornecimento da estrutura necessária que deve ser fornecida pela CHTP, em razão do aumento da circulação de veículos, bem como da participação do DETRAN, órgão responsável pela implementação do trabalho de sinalização e fiscalização do trânsito.

A educação para o trânsito deve ser um trabalho permanente, tanto para os condutores de veículos quanto para os jovens em formação e potenciais condutores. Sabe-se que a maioria dos acidentes de trânsito é causado por imprudência ou por embriaguez, causando perda de vidas e dor para muitas famílias, além dos gastos públicos com os traumas provocados pelos acidentes. Um programa de educação para o trânsito e direção consciente, contribui para diminuir a estatística de acidentes e traumas, além de diminuir os gastos públicos com atendimento hospitalar aos acidentados e, fundamentalmente, prepara a geração futura para o trânsito consciente e de respeito às normas do setor.

Observar as informações indicadas sobre a **Implantação das ciclovias conforme Mapa 08 – Malha Viária Paranaíta (planta urbana) nas páginas 201 a 204** do Relatório Técnico – I Fase).

Por fim deve-se observar os **ANEXOS 08, 09, 10 e 11** que apresentam a tendência de crescimento do número de acidentes de trânsito, a preocupação da Comunidade com o aumento do fluxo de veículos, ofício que denuncia situações inadequadas mediante a presença de “estranhos à Comunidade e solicitação de redutor de velocidade, respectivamente

#### Quadro 09. Proposituras para o Município de Paranaíta – ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO ASSISTÊNCIA SOCIAL - PARANAÍTA/MT

NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)	Negativa
FORMA (DIRETA/INDIRETA)	Direta
FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)	Permanente
ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)	Local/Regional
TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)	Curto/Médio/Longo Prazo

MEDIDA COMPENSATÓRIA	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	Referência P.36	Referência EIA	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
<b>Construção do Centro de Convivência para a Terceira Idade.</b>	O Centro de Convivência para a Terceira Idade será construído na área central da cidade com capacidade para	Médio prazo.	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 142 – Quadro 4.6-3 – Impactos, Medidas e Programas – Meio Socioeconômico	Fornecimento do terreno para a construção.  Manutenção do Centro de Convivência para a	Elaboração do projeto técnico de edificação.  Execução da obra conforme as especificações

	<p>atender 300 pessoas.</p> <p>Centro de atendimento às demandas da população idosa de Paranaíta.</p>				Terceira Idade.	apresentadas pelo Município.
<b>Construção de um CREAS</b> - Centro de Referência Especializado em Assistência Social	Ampliação da estrutura física para atender o aumento da demanda pelos serviços do CREAS.	Curto prazo. Imediata.	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 142 – Quadro 4.6-3 – Impactos, Medidas e Programas – Meio Socioeconômico	Elaboração do Plano de Trabalho para as adequações do espaço existente.	Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.
<b>Construção de um Albergue Municipal.</b>	Espaço com ala feminina e masculina para receber pessoas, principalmente migrantes pobres atraídos pelas oportunidades de trabalho, porém não absorvidos na obra em construção.	Curto prazo. Imediata.	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 142 – Quadro 4.6-3 – Impactos, Medidas e Programas – Meio Socioeconômico	Fornecimento do terreno para a construção.  Manutenção do Albergue Municipal.	Elaboração do projeto técnico de edificação.  Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.  Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Albergue Municipal.

	O espaço deve ter capacidade e estrutura física adequada para atender 30 pessoas.					
<b>Construção de um Centro de Convivência no Assentamento São Pedro.</b>	Centro de atendimento as demandas da população no Assentamento São Pedro - ADA.	Curto prazo. Imediata.	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 115 Item 4.2.13.2 Avaliação do Impacto.	Fornecimento do terreno para a construção.  Manutenção do Centro de Convivência.	Elaboração do projeto técnico de edificação.  Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.
<b>Aquisição de (01) veículo para a Assistência Social.</b>  O veículo deve ter adaptação para atender pessoas portadoras de necessidades especiais (pessoas com deficiência) e	O veículo (modelo van) para transportar 15 pessoas será destinado a Assistência Social para transportar a equipe com e equipamentos necessários para o atendimento a população rural	Médio prazo (1. Semestre de 2013).	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 142 – Quadro 4.6-3 – Impactos, Medidas e Programas – Meio Socioeconômico	Elaboração do plano de uso, conforme as necessidades do Município.	Aquisição do veículo conforme as especificações técnicas do Município.

idosos, principalmente na zona rural.	pela equipe volante.					
<b>Construção do espaço físico adequado para abrigar o SINE no Município.</b>	A instalação do SINE no Município é primordial, pois objetiva aproximar padrão do empregado. As empresas e, principalmente a CHTP e parceiras ofertam a vaga. A Agência do SINE dispõe de um banco de vagas e disponibiliza o contato do trabalhador para preencher a referida vaga, conforme o perfil e as demandas apresentadas.	Curto prazo.  Imediata.	Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).	Pág. 31 – Quadro 4.1.4-1 Grau de Resolução das Medidas do Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra.	Elaboração do Plano de Trabalho.  Disponibilizar o local para a construção e /ou ampliação/reforma.  Disponibilizar servidores para o exercício laboral no SINE.	Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.  Aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários, conforme listagem apresentada pelo Município.

## JUSTIFICATIVA

A área de Assistência Social é atingida diretamente com o aumento da população. Os serviços sofrem significativos impactos em razão do aumento crescente de migrantes e de demandas da população empobrecida atraída pelas possibilidades de trabalho no Empreendimento. Ainda, após a construção muitos trabalhadores acabam ficando no Município e sem perspectivas de trabalho recorrem a Assistência Social prestada pelo Poder Público Municipal. Outro fator relevante é que a maioria desses trabalhadores vivenciam situações de dependência (drogas, álcool) e os desajustes familiares decorrentes da pobreza. A estrutura existente no Município não é suficiente para atender a demanda atual. A rede de proteção social deve ser fortalecida no que tange aos serviços prestados pela área, bem como com a integração desta aos serviços de educação, esporte, saúde e segurança pública, dentre outras áreas. O cuidado para que não ocorra um descontrole social, requer a construção de estruturas físicas e a implementação imediata de programas e condições adequadas capazes de proporcionar o devido atendimento à população. Essas atividades podem evitar o aumento da incidência de uso de drogas, álcool, da prostituição de adolescentes e jovens, da violência sexual, de gravidez de adolescentes e possibilitar o tratamento de viciados.

Paranaíta não dispõe de nenhum tipo de abrigo ou casa de apoio para pessoas carentes. Todos os casos graves relacionados à criança e adolescente são encaminhados, pelo Conselho Tutelar, ao Abrigo Municipal Rita Bramati ou à Casa Pinardi – Irmãs Salesianas, ambos localizados em Alta Floresta. Ocorre, também, o encaminhamento de casos aos serviços sociais prestados pelo CRAS de Alta Floresta, município de referência para serviços de assistência social na região. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 249).

A ausência de infraestrutura necessária para abrigar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é preocupante, exigindo medidas imediatas, principalmente no momento em que milhares de trabalhadores (população masculina) afluem para o Município.

Conforme as demandas apresentadas no EIA (2009):

Ainda segundo o que foi relatado, a ocorrência do uso de drogas, como o *crack*, vem crescendo entre os adolescentes, mas o registro oficial não contempla esta realidade, pois o uso ocorre de maneira difusa, sem que os familiares busquem ajuda. Trata-se de um problema de saúde e de segurança pública municipal. De acordo com a secretaria de Assistência Social, as principais carências do município são uma casa de apoio, para receber e alojar a população rural durante as idas à cidade, e um abrigo municipal. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 250).

O processo de desaquecimento inerente a cada mudança de ciclo produtivo em Paranaíta gerou condições para o aparecimento das seguintes modalidades de vulnerabilidade do meio urbano:

a) Assistência Social: a migração da mão de obra braçal masculina para outros municípios da região deixou na cidade as famílias, que dependem do auxílio e atendimento da municipalidade. Soma-se a isso o desemprego resultante da diminuição da atividade produtiva, que expõe a população local a problemas de saúde pública, como a dependência química. A secretaria de Assistência Social, com uma demanda de atendimento aquém dos recursos disponíveis, atua apenas no cadastro e repasse dos benefícios dos programas do Governo Federal. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 231).

Essa situação é um passivo social, todavia está sendo potencializada pela chegada de milhares de pessoas que demandam assistência social, conforme o **ANEXO 12 - Número de famílias cadastradas nas Unidades de Saúde da Família do Município de Paranaíta-MT , na série histórica de 2007 a 2012**, que evidenciada o aumento de famílias atendidas pelo Sistema de Saúde e que requer assistência social, em sua maioria.

Assim o fortalecimento da Rede de Proteção Social com a construção do **Centro de Formação Integrada**, no Eixo Educação, mas com múltiplos usos, é urgente. Uma obra estruturante e que possui diversos usos (formação, qualificação, esporte, lazer, cultura etc) para atender a demanda dos chegantes e que servirá para mitigar parte dos impactos gerados no espaço urbano de Paranaíta, atendendo, minimamente, as necessidades da população paranaítense.

O **Centro de Formação Integrada** deve desenvolver ações educativas às famílias com o intuito de garantir a promoção de cursos profissionalizantes gratuitos, como de corte e costura; de imagem pessoal; de produtos de higiene e limpeza; e de compostas, com a finalidade de capacitação das mães que têm seus filhos (prioritariamente crianças de até 6 anos matriculadas em creches públicas). Também deve promover oficinas de arte para crianças, adolescentes e palestras para pais/mães, voltadas para a formação de cidadãos.

<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO MEIO AMBIENTE E TURISMO - PARANAÍTA/MT</b>	
<b>NATUREZA (POSITIVA/NEGATIVA)</b>	Negativa/Positiva
<b>FORMA (DIRETA/INDIRETA)</b>	Direta
<b>FASE DA OCORRÊNCIA (CONSTRUÇÃO/OPERAÇÃO)</b>	Permanente
<b>ABRANGÊNCIA (LOCAL/REGIONAL)</b>	Local/Regional
<b>TEMPORALIDADE – início do impacto (CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO)</b>	Curto/Médio/Longo Prazo

<b>MEDIDA COMPENSATÓRIA</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Referência P. 36</b>	<b>Referência EIA</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<p><b>Construção do Aterro Sanitário.</b></p> <p><b>Construção das lagoas de tratamento</b> (decantação) do chorume.</p> <p><b>Construção de célula de armazenamento.</b> (40 X 60 X 05 metros de profundidade).</p>	<p>Construção do Aterro Sanitário conforme as especificações normativas da legislação brasileira e as necessidades do Município.</p> <p>Essa ação está prevista no EIA, PBA e no P.36 como prioridade.</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05;</p> <p>C/C item 6.3, pág. 10</p>	<p>Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158)</p>	<p>Fornecimento do terreno conforme as especificações técnicas e a legislação pertinente.</p>	<p>Elaboração do projeto técnico. (em andamento)</p> <p>Execução das obras, conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

<p><b>Aquisição de equipamentos e maquinários para Implantação do Programa da Coleta Seletiva dos resíduos sólidos.</b></p>	<p>A construção do Aterro Sanitário implica na implantação da coleta seletiva (separação do lixo seco e úmido).</p> <p>Necessidade imediata de 01 caminhão prensa; e 01 caminhão de carga seca (caçamba).</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05;</p> <p>C/C item 6.3, pág. 10 e item de resíduos sólidos, pág. 11.</p>	<p>Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158)</p>	<p>Elaboração do Plano de Trabalho com as especificações necessárias.</p>	<p>Aquisição dos equipamentos e maquinários conforme as especificações apresentadas pela Prefeitura Municipal de Paranaita.</p>
<p><b>Construção de infraestrutura para a população paranaitense às margens do lago.</b></p> <p><b>E construção de infraestrutura para lazer para a população do Assentamento São Pedro (ADA).</b></p> <p>O PBA - P.38 prevê a criação de uma praia</p>	<p>No PBA/ P.38 prevê a criação de uma praia artificial para substituição do local do Fest-Praia, que será na área do lago e poderá ser utilizada durante o ano todo.</p> <p>Podemos destacar a existencia do P.A. São Pedro (aproximadamente 800 familias) que será afetado diretamente com o lago formado no rio</p>	<p>Médio prazo.</p>		<p>Ações específicas dos Programas:</p> <p>P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais.</p> <p>P.38 -</p>	<p>Elaboração do Plano de Trabalho com as especificações necessárias.</p>	<p>Elaboração do projeto técnico. (em andamento)</p> <p>Execução das obras, conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

<p>artificial para substituição do local do Fest-Praia, que será na área do lago e poderá ser utilizada durante o ano todo.</p> <p>O Assentamento São Pedro (aproximadamente 800 famílias) será afetado diretamente com o lago formado no rio Paranaíta (próximo ao Assentamento) sendo viável a construção de uma praia para o lazer da Comunidade.</p>	<p>Paranaíta e que é um rio próximo ao Assentamento, sendo viável a construção de uma praia para o lazer daquela comunidade ali existente.</p>			<p>Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo.</p>		
<p><b>Recuperação das nascentes e APPs da bacia hidrográfica (Córrego do Pinguim) – Manancial de Abastecimento Público.</b></p>	<p>Manancial de abastecimento público. Readequar o uso do solo da Bacia Hidrográfica a ser recuperada. O Plano Diretor deve constar indicação de Lei específica para ordenar a</p>	<p>Curto e Médio prazo.</p>	<p>Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05; C/C item sobre abastecimento de água, pág. 11.</p>	<p>Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158).</p>	<p>Elaboração do Plano de Trabalho com as especificações necessárias.</p>	<p>Elaboração do projeto técnico e de manejo adequados.</p> <p>Implementação imediata das ações de recuperação da área do manancial de abastecimento público, conforme as especificações apresentadas pelo</p>

	transição econômica nas formas de uso da terra na Bacia Hidrográfica que abastece o Município.					Município.
<b>Revitalização e recuperação dos fragmentos florestais na área urbana e no Assentamento São Pedro (ADA).</b>	<p>Revitalização dos fragmentos florestais, permitindo o uso adequado do público para atividades de lazer, esportivas e culturais.</p> <p>A recuperação das áreas degradadas (APPs e nascentes) no Assentamento São Pedro, é condição para viabilizar as atividades produtivas, pois não conseguem créditos para investimentos nas unidades produtivas.</p>	Curto e Médio prazo.	Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05;	Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158).	Apresentar o Plano de Trabalho conforme as necessidades e especificações técnicas.	<p>Elaboração do projeto técnico e de manejo adequados.</p> <p>Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>

<p><b>Implantação das ciclovias conforme Mapa 08 – Malha Viária Paranaíta (planta urbana) nas páginas 201 a 204 do Relatório Técnico – I Fase).</b></p>	<p>Eixo alternativo de mobilidade no espaço urbano. Transporte não poluente.</p>	<p>Curto e Médio prazo.</p>	<p>Subprograma de compensação financeira – item 2 – pág. 05 c/c 6.5 – pág. 13</p>	<p>Item: 4.3.8 Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura (EIA – vol. V; pág. 147 a 158)</p>	<p>Apresentar o Plano de Trabalho conforme as necessidades e especificações técnicas.</p>	<p>Execução da obra conforme as especificações apresentadas pelo Município.</p>
---	--	-----------------------------	---	---	---	---

#### JUSTIFICATIVA

Os impactos causados ao meio ambiente com a construção de uma hidrelétrica são significativos e alguns incalculáveis, mesmo nas áreas consideradas de influência indireta. No caso em questão, a construção da UHE Teles Pires tem repercussão na região. O município de Alta Floresta vem desenvolvendo ações de prevenção e recuperação ambiental com impacto positivo nessa área, entretanto, é necessário o reforço e o cuidado para adequar a cidade ao novo cenário com as mudanças que ocorrem a partir da construção do Empreendimento na região. Há carência de rede de coleta e tratamento do esgoto e de água tratada em quantidade suficiente. É necessário ampliar a capacidade de captação de água tratada em razão do aumento da população. As áreas verdes no espaço urbano e as APPs estão em situação de degradação ambiental e podem sofrer maior agressão com o afluxo de milhares de pessoas. Esse cenário exige uma intervenção urgente, efetuando medidas mitigadoras para sanar os problemas apontados.

No EIA, item **4.4.5.9 Serviços e Equipamentos de Saneamento Ambiental - Coleta de Resíduos Sólidos** diz que: “Em Alta Floresta, os resíduos perigosos, como é o caso do lixo hospitalar, também possuem coleta específica, mas são destinados ao mesmo local do lixo comum, o aterro sanitário ‘Mauro Marino’”. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 129). Considerando a situação de Alta Floresta, não adequada, o EIA diz que: “ O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos proposto pelo referido consórcio prevê a construção de lagoas anaeróbicas e facultativas para tratamento do chorume, 6 células para resíduos domésticos e 6 células para resíduos hospitalares, além da realização de coleta seletiva e de ações voltadas à conscientização ambiental”. (EIA,

Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 131). Entretanto, o apontado em 2009 não foi realizado e com as novas demandas a partir do início da construção do Empreendimento UHE Teles Pires, a situação piorou significativamente.

É compromisso da CHTP construir o Aterro Sanitário em Alta Floresta, conforme as condições técnicas e normativas existentes, bem como implementar os Programas de Coleta Seletiva do Lixo e de Educação Ambiental. Segundo informações, o projeto técnico está em processo de elaboração, todavia a morosidade não permitiu o início da construção, embora os problemas tenham se avolumado. É urgente o início da construção do Aterro Sanitário, sob pena de comprometer a saúde pública e o meio ambiente no Município. **Ressaltamos que essa Medida Compensatória é uma das prioridades que consta no P.36.**

Para demonstrar com mais contundência a necessidade do Aterro Sanitário, destacamos que segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/10), todos os municípios terão que transformar os seus depósitos inadequados de lixo (lixões) em Aterro Sanitários até 2014.

A necessidade de recuperação das áreas degradadas no Assentamento São Pedro, como forma de viabilizar as atividades produtivas, pois atualmente não conseguem créditos para investimentos nas unidades produtivas, pois os órgãos vinculam a liberação dos recursos a existência do CAR – Cadastramento Ambiental Rural. Propõe-se que a CHTP viabilize o projeto de **recuperação das áreas degradadas do Assentamento** e, para tanto, assegure a reforma e ampliação do viveiro de mudas no próprio Assentamento, em parceria com o Município.

A área reserva legal ocupa 46% do total dos 431 hectares de terras dos 23 lotes pesquisados. Apesar de aparentar significativa dimensão, na prática, as áreas de reserva estão abaixo dos requerimentos legais para a região norte do Estado de Mato Grosso, que se enquadra dentro da Amazônia Legal e onde a preservação, de acordo com a cobertura vegetal, varia de 50 % a 80% da área da propriedade. Não obstante, é preciso considerar que na época de criação do projeto (1997), a legislação possibilitava reserva legal de 40% da área total de cada lote. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, 363).

O acesso ao Assentamento é feito pela rodovia federal BR-169 e pela estrada estadual MT-208. A rodovia federal é pavimentada e a estadual conta com trechos de pavimentação, e ambas as vias apresentam problemas de manutenção, dificultando o acesso, especialmente em temporada de chuvas. A partir das mencionadas vias federal e estadual é feito por estradas internas. Logo na entrada, propriamente dita, do Assentamento, na Comunidade do Rio Jordão (que possui como referência o Bar da Cida e Ivanir), encontra-se uma ponte (aterro) que será interrompida, dificultando, sobremaneira, o acesso a essa área do Assentamento,

necessitando de uma política compensatória específica.

Sobre as atividades turísticas (P. 38), veja o que diz o EIA: “Em 1996, Alta Floresta recebeu o selo de Município com Potencial Turístico e, em 2003, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo elaborou o Plano de Desenvolvimento do Polo de Ecoturismo de Mato Grosso, sendo o mesmo integrado pelos municípios de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta, além de Aripuanã, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Juruena e Peixoto de Azevedo. Este plano, por sua vez, foi incluído no Plano de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, e tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O planejamento do Polo de Ecoturismo define 5 roteiros básicos, dos quais 3 têm por entrada a cidade de Alta Floresta e incluem o município de Paranaíta. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 102).

**Sobre a atividade turística em Paranaíta:**

A administração municipal de Paranaíta também passou a incorporar o turismo como uma das principais atividades do município, ao lado da fruticultura e da bacia leiteira em formação. Recentemente, ocorreram o 6º Fest-Praia e o 5º Festival de Pesca, correspondendo este último à 39ª etapa do campeonato estadual de pesca. A principal agência promotora do turismo receptivo é a Global Ecotur Expedições, que atua em cicloturismo, trekking, rafting, arborismo, pesca esportiva, ecoaventura e visitas ao sítio arqueológico da Pedra Preta. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 103).

É primordial assegurar infraestrutura adequadas e as condições necessárias para viabilizar o Festpraia, uma vez que, a ilha em que é realiado será inundada pelo reservatório. “Criação de praia artificial no rio Teles Pires, a ser utilizada como área de recreação e lazer, em substituição à ilha onde atualmente é realizado o *festpraia*, que ficará impossibilitada de uso; (EIA, Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p. 110).

Deve ser considerado a existência do FestPraia numa ilha que será alagada pelo Empreendimento.

Junto com o Fest –Praia também acontece todos os anos uma etapa do Campeonato Estadual de Pesca, e esse é um dos fatores que tem contribuído de maneira expressiva para o crescimento do evento, uma vez que participam pescadores de todas as regiões do Estado de Mato Grosso. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 418).

[...]

A nona edição do Fest Praia de Paranaíta contou com instalação de uma praça de alimentação com diversas opções de cardápio e bares e locação de mais de 15 tendas para comércio de alimentos e bebidas, além de espaço reservado

para camping. Como em outros eventos do Fest Praia, aquele realizado em 2009 contou também com apresentação de bandas e concurso de miss Fest Praia. O evento conta ainda com a participação da Polícia Militar, Tiro de Guerra e Corpo de Bombeiros, para auxiliar na segurança e garantir a tranquilidade do evento. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 418).

**A partir dessa página apresentamos os Programas, essenciais para mitigar, parte dos impactos provocados pelo Empreendimento no Município de Paranaíta/MT.**

**Os Programas são indicações de parcerias (algumas em andamento) que podem ser construídas e/ou reforçadas em parceria da CHTP com o Município e sociedade civil.**

**Quadro 01. Programas para o Município de Paranaíta – EDUCAÇÃO**

PROGRAMAS	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE INDICAÇÃO	Responsabilidade da Administração Pública	Responsabilidade da CHTP
Estruturação de um programa de cursos técnicos profissionalizantes.	<p>Viabilizar Cursos Profissionalizantes de Secretariado (atendimento ao público); Técnico em Agropecuária; Técnico em Informática; Cooperativismo (economia solidária); Construção Civil (técnico em edificação);</p> <p>A capacitação técnica é uma medida necessária para preparar mão de obra para o mercado de trabalho e fomento ao desenvolvimento da pecuária e agricultura na região. Além do que, a qualificação para o trabalho digital abrirá oportunidade de emprego para a juventude.</p>	Curto, Médio e Longo prazo.  (permanente)	Elaborar o projeto do programa, contendo as especificações, necessidades e cronograma de funcionamento.	<p>Implantação dos cursos técnicos profissionalizantes.</p> <p>Execução do Programa, conforme cronograma apresentado pela Prefeitura Municipal.</p>
Estruturação do programa de adaptação dos edifícios	A inclusão de pessoas portadoras de alguma	Curto e Médio prazo.	Elaborar o projeto de adaptação dos prédios	Execução das obras, conforme especificações

escolares (acessibilidade) para o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.	deficiência é proporcionar o exercício da cidadania e respeito aos direitos humanos.	Imediata.	públicos, conforme as especificações e necessidades apontadas pelo Município.	apresentadas pelo Município.
Realizar cadastro socioeconômico dos trabalhadores da CHTP.	Essa pesquisa é fundamental, pois irá detectar a demanda por serviços de educação, habitação e saúde no Município de Paranaíta, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.104).	Curto prazo Imediata.	Realizar cadastro socioeconômico dos trabalhadores da CHTP.	Essa pesquisa é fundamental, pois irá detectar a demanda por serviços de educação, habitação e saúde no Município de Alta Floresta, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.104).
Criação do Programa de Educação e Valorização do Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural.	Conforme o disposto no EIA, o Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural - (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 259) deve ter atenção especial do Empreendimento. As informações sobre os sítios informados em Paranaíta estão nos Quadros 4.4.10-2 e 4.4.10-3. (EIA, Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 261.	Curto, Médio e longo prazo (permanente).	Apresentar Plano de Trabalho apresentando as principais necessidades para a criação do Programa.	Realização do Programa de Educação e Valorização do Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural.

**Quadro 02. Programas para o Município de Paranaíta – EDUCAÇÃO (ESPORTE E LAZER)**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<p>Viabilizar programas esportivos voltados à população, tais como corrida pedestre comemorando datas cívicas, anti-fumo, ciclística, caminhadas, passeios ciclísticos, torneios esportivos</p>	<p>Programas interativos com outras áreas e parcerias são fundamentais para o exercício da cidadania, oportunizando condições esportivas e de lazer e afastando crianças e adolescentes das drogas lícitas e ilícitas. Esse Programas são Medidas Preventivas e devem ser incentivados a Criação de espaços e eventos culturais e voltados à prática de esportes e lazer, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.120).</p>	<p>Curto prazo (imediato).</p>	<p>Viabilizar programas esportivos voltados à população, tais como corrida pedestre comemorando datas cívicas, anti-fumo, ciclística, caminhadas, passeios ciclísticos, torneios esportivos</p>	<p>Programas interativos com outras áreas e parcerias são fundamentais para o exercício da cidadania, oportunizando condições esportivas e de lazer e afastando crianças e adolescentes das drogas lícitas e ilícitas. Esse Programas são Medidas Preventivas e devem ser incentivados a Criação de espaços e eventos culturais e voltados à prática de esportes e lazer, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.120).</p>
<p>Estruturação dos Programas de Inclusão Social.</p>	<p>Os programas de inclusão devem ser elaborados em conjunto com a Secretaria de Esporte e Lazer, bem como</p>	<p>Curto prazo. Imediata.</p>	<p>Elaboração do Plano de Atividade dos Programas.</p>	<p>Confecção de material gráfico sobre a temática. Parcerias com a sociedade e desenvolvimento de palestras sobre a temática.</p>

	<p>firmar parcerias com órgãos federais e estaduais para estruturá-los enquanto programas permanentes. O Município realiza diversas atividades (capoeira, violão, escolinha de futebol, fanfarra e outras). Entretanto necessita de capacitação dos profissionais para atender as demandas apresentadas pela Secretaria, principalmente na área de música.</p>			<p>Capacitação de pessoal para atuar no Programa.</p>
<p>Estruturação de um Programa de Academia Aberta.</p> <p>Construção de uma academia aberta na área do Ginásio Poliesportivo Jaime Veríssimo de Campos.</p> <p>E construção de uma</p>	<p>O Município dispõe de 02 academias em funcionamento (Centro, Jardim Esperança). E possui o projeto licitado de construção de mais 01 no Jardim Amazonas.</p> <p>Essas ações são um</p>	<p>Curto prazo.</p> <p>Imediata.</p>	<p>Elaboração do Plano de Atividade do Programa.</p>	<p>Revitalização e adequação do Espaço Público para a implantação das Academias Abertas.</p> <p>Aquisição dos equipamentos necessários.</p>

academia aberta na área da Pista de Caminhada, já acordada com a CHTP (entre Setor Sul I e II).	incentivo a população para a prática de atividades ao ar livre, tais como caminhada e corrida nas áreas verdes e parques, com o acompanhamento de um educador físico e de um profissional de enfermagem para aferição de pressão.			
---	---	--	--	--

**Quadro 03. Programas para o Município de Paranaíta – INFRAESTRUTURA**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Fortalecimento do Programa Luz para Todos no Município.	Há muitas propriedades rurais que ainda não possuem energia elétrica. A eletrificação é fundamental para assegurar o desenvolvimento econômico e o bem estar das pessoas. Não é razoável que a região que produzirá significativa quantidade de energia, não consiga atender	Curto prazo (imediata).	Apresentação do Plano de Trabalho para estruturar o Programa Luz para Todos no Município.	Estruturação da rede de energia elétrica em parceria com o Programa Luz para Todos no Município.

	as necessidades dos seus próprios habitantes.			
Asfaltamento da estrada MT-206 que liga Paranaíta a Alta Floresta e do trecho de Paranaíta até o trevo para o canteiro de obras.	Diversas ações estão em curso e necessitam ser fortalecidas. 28 km, sentido Paranaíta a Alta Floresta já estão aprovados na LDO/2012. Realizar parceria com a Associação para o asfaltamento da MT-206.	Médio prazo.	Articulação junto às instituições e órgãos públicos para viabilizar recursos financeiros para o asfaltamento.	Contribuir com o Poder Público e parcerias para viabilizar recursos para a obra de asfaltamento.
Estruturação de um viveiro de mudas na área urbana de Paranaíta.	A estruturação do viveiro de mudas é necessária para a recuperação de áreas degradadas e também para a arborização urbana, conforme os programas específicos na área ambiental (PBA).	Curto prazo. (imediata)	Disponibilização da área para o viveiro de mudas. Disponibilização de recursos humanos para serem capacitados. Apoio na implantação de programas de educação ambiental.	Construção do viveiro de mudas. Fornecimento de capacitação para os servidores/profissionais. Implantação de programas de educação ambiental em parceria com o Município e sociedade civil.
Instalação de postos de informação em locais estratégicos.	Esses postos fornecerão informações acessíveis à população no município de	Permanente.	Instalação de postos de informação em locais estratégicos.	Esses postos fornecerão informações acessíveis à população no município de Alta Floresta, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.120).

	Paranaíta, conforme EIA (Vol. 5, Cap. VIII, 2009, p.120).			
Recuperação das APPs e nascentes degradadas.	Recuperação de nascentes e áreas degradadas como forma de mitigar os impactos ambientais com a construção do Empreendimento.	Curto e Médio prazo	Levantamento das áreas degradadas no Município. Disponibilização de servidores como equipe de apoio.	Elaboração do projeto técnico. Georreferenciamento das áreas degradadas no Município. Mobilização e capacitação dos servidores e voluntários para as atividades de manejo adequado.
Revitalização e recuperação dos fragmentos ambientais na área urbana, principalmente nas margens do Córrego do Viveiro.	Recuperação de nascentes e áreas degradadas no espaço urbano como forma de mitigar os impactos socioambientais com a construção do Empreendimento.	Curto e Médio prazo	Levantamento das áreas degradadas no espaço urbano do Município. Disponibilização de servidores como equipe de apoio.	Elaboração do projeto técnico. Georreferenciamento das áreas degradadas no espaço urbano Município. Mobilização e capacitação dos servidores e voluntários para as atividades de manejo adequado.

**Quadro 04. Programas para o Município de Paranaíta – HABITAÇÃO**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Construção de uma Vila Militar	Construção de 10 unidades habitacionais em padrão médio para abrigar os militares e suas famílias em parceria com a Prefeitura Municipal.	Médio prazo.	Elaboração do projeto de uso e dimensão da necessidade. Fornecimento do terreno para a construção.	Elaboração do projeto técnico de edificação.  Execução da obra.
Realização do Diagnóstico Habitacional do Município.	Realização de um levantamento das necessidades de novas unidades habitacionais na cidade e no campo a partir do Plano Diretor. O programa deve apontar um cronograma de necessidades habitacionais conforme tipologias (perfil socioeconômico) de usuários.	Imediata.	Coordenação das atividades apontadas no Plano Diretor do Município.	Responsabilização de inserir o Diagnóstico Habitacional do Município na elaboração do Plano Diretor.  Apoio técnico e disponibilização das informações necessárias.

**Quadro 05. Programas para o Município de Paranaíta – SEGURANÇA PÚBLICA**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Estruturação e desenvolvimento de Programa de atenção à mulher, criança e adolescentes vítimas de violência.	Elaboração de um programa conjuntamente com órgãos públicos e outras instituições sociais para prevenção e combate a violência contra a mulher, crianças e adolescentes.	Curto prazo (imediata)	Elaboração do projeto para a implantação do Programa com as necessidades para seu funcionamento e metodologia. Disponibilização de recursos humanos para as atividades propostas.	Aquisição de materiais e insumos necessários à realização do Programa. Capacitação de pessoal para atuar no Programa.
Estruturação e desenvolvimento de um programa de atenção e prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.	Programa de prevenção e atendimento a população.	De curto a médio prazo	Elaboração de um projeto de desenvolvimento do Programa. Disponibilização de recursos humanos para as atividades propostas.	Confecção de material gráfico sobre a temática. Parcerias com a sociedade e desenvolvimento de palestras sobre a temática. Capacitação de pessoal para atuar no Programa.
Reestruturação do programa de formação de cidadania da Polícia Militar	Programa para atendimento das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.	De curto a médio prazo	Elaboração do Programa em parceria com a Polícia Militar.	Confecção de material gráfico sobre o a temática. Parcerias com a sociedade e desenvolvimento de palestras sobre a temática. Capacitação de pessoal para atuar no Programa.

**Quadro 06. Programas para o Município de Paranaíta – SAÚDE**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Desenvolvimento de programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.	Confecção de material para a conscientização da população, especialmente os trabalhadores da obra. Fornecimento de camisinha (masculina e feminina) em quantidade suficiente (conforme a demanda local) para complementar o estoque do Programa do Governo Federal.	Curto prazo (imediata e permanente)	Elaboração de plano de atividades para o desenvolvimento das ações propostas. Disponibilização de servidores para a coordenação e realização das atividades. Integração com o programa já existente, sendo uma ação de reforço.	Aquisição dos insumos e materiais solicitados. Implementação do Programa de Prevenção contra DST/AIDS. Implementação do Programa de Educação Sexual.
Programa de prevenção de doenças endêmicas.  Cumprir o disposto no P.30 e viabilizar a capacitação para os trabalhadores da área de saúde no canteiro de obras em vigilância epidemiológica e controle de doenças.	Confecção de material para conscientização da população, especialmente dos trabalhadores da obra. Realização do controle dos casos existentes e fornecimento dos insumos necessários.	Curto prazo (imediata e permanente)	Elaboração de plano de atividades para o desenvolvimento das ações propostas. Disponibilização de servidores para a coordenação e realização das atividades. Integração com o programa já existente, sendo uma ação de reforço.	Aquisição dos insumos e materiais solicitados. Notificação dos casos de doenças registradas pela CHTP e empresas terceirizadas sob sua responsabilidade à Secretaria Municipal de Saúde, conforme legislação pertinente.

**Quadro 07. Programas para o Município de Paranaíta – SISTEMA VIÁRIO – TRÂNSITO/TRANSPORTE**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Apoiar o Programa do DETRAN através da Agência Municipal de Trânsito - Educação no Trânsito e Trânsito Consciente.	Fortalecimento dos Programas de Educação no Trânsito.	Curto/Médio	Apresentação de Plano de Atividades em parceria com a Agência Municipal de Trânsito	Aquisição (confeção) de material necessário e capacitação técnica para o desenvolvimento do Programa.

**Quadro 08. Programas para o Município de Paranaíta – ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
Reforço aos Programas de Assistência Social no Município.	Fortalecimento da Rede de Programas de proteção social. São programas de proteção social, financiados pelos diversos níveis de governo e necessitam de melhor estruturação no Município.	Curto prazo (necessidade imediata)	Apresentação de Plano de Atividades com os objetivos dos diversos programas existentes e necessidade de reforço.	Aquisição de material necessário e capacitação técnica para o desenvolvimento dos programas.

<p>Programa do Comitê de enfrentamento da violência e da exploração sexual.</p>	<p>Confecção de material de divulgação e orientação técnica a população paranaítense. Mobilização para as atividades e ações desenvolvidas no Município coordenadas pela Secretaria de Assistência Social e parceiros.</p>	<p>Permanente. Durante todo o período de construção do Empreendimento.</p>	<p>Fornecimento do plano de trabalho e disponibilidade de equipe para mobilização.</p>	<p>Aquisição de material necessário e capacitação técnica para o desenvolvimento do programa.</p> <p>Capacitação a partir de agosto de 2012 para os profissionais da áreas</p>
<p>Programa de prevenção a DST-AIDS</p>	<p>Confecção de material informativo e ações preventivas.</p>	<p>Permanente. Durante todo o período de construção do Empreendimento.</p>	<p>Fornecimento do plano de trabalho e disponibilidade de equipe para mobilização.</p>	<p>Aquisição de material necessário para o desenvolvimento do programa.</p>
<p>Programa de Inclusão Digital</p>	<p>Ampliação do acesso dos cidadãos às tecnologias de informação e comunicação, sobretudo, das pessoas de baixa renda.</p>	<p>Curto prazo Programa permanente</p>	<p>Elaboração do projeto técnico.</p> <p>Fornecimento do local.</p> <p>Parceria com a Secretaria de Educação</p>	<p>Aquisição de material necessário para o desenvolvimento do programa (mobiliário equipamentos de informática, softwares, banco de dados).</p>

**Quadro 09. Programas para o Município de Paranaíta – MEIO AMBIENTE E TURISMO**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TIPO DE INDICAÇÃO</b>	<b>Responsabilidade da Administração Pública</b>	<b>Responsabilidade da CHTP</b>
<p>Fortalecimento de Programas para o Turismo Consciente e Preservação das áreas com Patrimônio Histórico e Arqueológico.</p> <p>P. 36 Pág. 19 – item 3 (Subprograma de Monitoramento Socioeconômico).</p> <p>P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais.</p> <p>P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo.</p>	<p>É necessário ater-se às orientações e diretrizes do EIA sobre os sítios arqueológicos (pesquisa e de visitação) como forma de preservá-los adequadamente e, paralelamente, naqueles em que for possível, assegurar a visitação pública, mediante incentivos ao turismo consciente, conforme programas específicos do PBA para a temática.</p> <p>O EIA apresenta no item <b>4.4.10 Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural</b> (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 259); e no item <b>4.4.10.1 Patrimônio Arqueológico</b> que descreve as informações sobre os sítios informados em Paranaíta estão no <b>Quadro 4.4.10-2.</b> (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 261).</p>	<p>Curto e Médio prazo.</p>	<p>Apresentação de Plano de Atividades.</p> <p>Item <b>4.4.10 Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural</b> (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 259); no item <b>4.4.10.1 Patrimônio Arqueológico</b> que descreve as informações sobre os sítios informados em Paranaíta estão no <b>Quadro 4.4.10-2.</b> (Vol. 4, Cap. V, 2009, p. 261).</p>	<p>Desenvolvimento das ações indicadas (recursos financeiros e equipe técnica), pelo Município.</p> <p>Capacitação técnica dos servidores municipais para o desenvolvimento dos programas.</p>

**ANEXO 01 - JUSTIFICATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO INTEGRADA EM  
PARANAÍTA/MT**

## **CENTRO DE FORMAÇÃO INTEGRADA – PARANAÍTA/MT**

O **Centro de Formação Integrada** é um espaço de formação e prestação de diversos serviços públicos essenciais à garantia dos direitos básicos, cidadania e acesso a justiça social e ambiental. A população pode participar ativamente de ações para o desenvolvimento local, por intermédio de palestras informativas sobre temas diversos, como oficinas culturais, orientações sociais e jurídicas, mediação comunitária de conflitos, reuniões dos Conselhos Municipais e similares.

As salas de aula, oficinas profissionalizantes e de artesanato devem estar adequadas para receber um número cada vez maior de crianças e adolescentes, buscando a orientação e a formação necessárias para que assumam a condição de cidadãos e saibam reivindicar com responsabilidade seu espaço na sociedade.

### **Objetivo:**

- Proporcionar condições para a formação integral a população, principalmente crianças e adolescentes, **visando a profissionalização e a construção da cidadania**, oportunizando preparo para a inserção no mercado de trabalho.

### **Objetivos Específicos:**

- Acolher crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, propiciando-lhes uma convivência saudável;
- Alterar concepções pessimistas decorrentes do ambiente doméstico dos alunos, preparando-os para o relacionamento em sociedade;
- Assegurar que a Comunidade possa usufruir da tranquilidade advinda de ações que tenham a educação como prioridade;
- Dar condições de acesso ao primeiro emprego, garantindo a formação básica especialmente com relação a uma conduta adequada no ambiente de trabalho.

O **Centro de Formação Integrada** deve apresentar inicialmente uma área construída que possa comportar: 14 salas de aula, banheiros, sala de informática,

sala de apoio pedagógico e biblioteca, salas de Secretaria e Direção, sala de professores, bazar, salão de cabeleireiro, sala de costura, consultório odontológico, cozinha, depósitos, área coberta de recreação e refeitório, câmara fria, instalações da vaca mecânica e padaria.

As atividades e programas realizados ficam a cargo das necessidades imediatas do Município. Entretanto, sugerimos:

- **Educação sexual/orientações gerais:** encontros semanais com psicólogos e assistentes sociais, nos quais são desenvolvidas dinâmicas de grupo, vídeos e palestras, envolvendo assuntos referentes a sexualidade, drogas, controle de natalidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, Leis Trabalhistas, Estatuto da Criança e do Adolescente, segurança do trabalho e outros;
- **Oficinas de artesanato e similares:** Os alunos na faixa etária de 10 aos 14 anos inscrevem-se em uma das oficinas do **Centro de Formação Integrada**, cujo objetivo é, além de incentivar a sociabilidade, ensinar um ofício que possa ser opção de trabalho e de geração de renda para o indivíduo. E desde as primeiras produções isso já acontece, pois parte da renda auferida com a venda dos trabalhos é repassada aos alunos ao final de cada semestre. A distribuição dos lucros, de forma proporcional à produção de cada um, além de uma recompensa pelo trabalho, é uma forma de demonstrar como a dedicação e a disciplina são elementos importantes na vida, que nos gratificam conforme o nosso empenho diante das tarefas cotidianas.

### **Programa de Aprendizagem Profissional**

A partir dos 14 anos os alunos são encaminhados para o curso de Auxiliar Administrativo. Com média de 60 alunos em cada turma (uma no turno matutino e duas no turno vespertino) os adolescentes são preparados para a sua inclusão no primeiro emprego. No curso constam conteúdos relacionados à conduta no ambiente de trabalho, sobretudo a ética profissional, além de noções básicas de informática e a revisão de algumas disciplinas do currículo escolar convencional. Os professores

são orientados a observarem cuidadosamente os alunos, de maneira que sejam encaminhados àquela ocupação para a qual apresentem melhor aptidão.

A partir do encaminhamento, os alunos do **Centro de Formação Integrada** permanecem como aprendizes durante dois anos, devidamente remunerados, com salários que variam em função da carga horária de trabalho. Os jovens que passam pelo curso de Auxiliar Administrativo são encaminhados para o emprego, sendo que a maioria deles permanece nas empresas em que estagiaram, comprovando a excelência da formação proporcionada pelo **Centro de Formação Integrada**.

A depender da vocação regional/local, cursos profissionalizantes e oficinas poderão ser ministrados como forma de dinamizar a economia e os serviços. Ainda, poderão ser realizadas atividades permanentes, visando a diminuição de custos para o poder público e, paralelamente, intensificar as políticas de assistência social, bem como as ações transversais, inerentes a formação humana.

Exemplos:

- **Vaca mecânica** – A “vaca mecânica” é um equipamento onde se processa a soja para a fabricação de leite, cuja produção é inteiramente distribuída na Comunidade. O leite de soja é um complemento alimentar que tem sido muito útil para a saúde de crianças e idosos, uns porque são alérgicos ao leite comum, outros porque os rendimentos são insuficientes para uma alimentação regular nutritiva. A ideia é distribuir o leite de soja regularmente, três vezes por semana, em vários postos espalhados na cidade.
- **Padaria** – oficina profissionalizante que, enquanto ensina, produz parte do café/lanche servido nas instituições municipais. O grande diferencial da padaria é o aproveitamento do resíduo de soja, derivado da fabricação do leite na vaca mecânica. A utilização deste ingrediente diminui bastante o custo das várias receitas, além de torná-las mais saudáveis e nutritivas.
- **Bazar** – a produção artesanal dos alunos fica em exposição permanente num bazar nas dependências da instituição, à venda para o público em geral. Ocasionalmente, os trabalhos são colocados em eventos e feiras, inclusive em outras cidades. Uma forma de comercialização do artesanato produzido pelos alunos ocorre em datas especiais, quando empresas fazem grandes encomendas de lembranças para distribuir entre os clientes.

- **Atendimento Especial** – além das oficinas profissionalizantes e do curso de auxiliar administrativo, objetivando proporcionar comodidade e o melhor aproveitamento durante a permanência dos seus alunos, o Centro de Formação Integrada poderá disponibilizar uma série de atendimentos:
  - Biblioteca e professoras para **reforço ao ensino formal**;
  - **Sala de costura** para acabamento em alguns trabalhos artesanais;
  - **Salão de cabeleireiro** onde os alunos podem cortar os cabelos;
  - **Sala de informática** onde os alunos recebem noções básicas de computação;
  - **Consultório odontológico** para tratamento dentário dos alunos;
  - **Cozinha** para o preparo de refeições balanceadas; entre outras.

Evidentemente, aqui está descrito uma síntese das possibilidades de atividades que poderão ser desenvolvidas no **Centro de Formação Integrada**, considerada uma obra estruturante e que assegura a Rede de Proteção Social, na medida em que, articuladas com as políticas públicas municipais proporcionará bem estar social e qualidade de vida à população paranaítense.

**ANEXO 02 – DOCUMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARANAÍTA/MT – DAE (Enviado a CHTP)**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



No P.36 (Programa de Reforço a Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais) nas páginas 10/11 Item 6.3 Saneamento Básico Abastecimento de Água descreve-se:

Em relação aos serviços de abastecimento de água, as principais ações consistirão na ampliação e melhoria nos sistemas de abastecimento de água já existentes. Estabelecimento de parceria para elaboração de projeto (rede de distribuição, estrutura de captação) para ampliação da capacidade de reserva do Sistema considerando as seguintes análises: adequação do sistema de medição, complemento da hidrometração, instrumentalização da equipe de operação e ajuste da cobrança tarifária).

Destacamos que é necessário investimentos (execução de obras) pela CHTP na readequação do Sistema por conta da ampliação da demanda dos serviços, conforme Quadros 01e 02. É evidente que após o início da construção da Hidrelétrica Teles Pires ocorreu significativo aumento das ligações e da quantidade de água tratada. A chegada de milhares de trabalhadores que usam os serviços pode comprometer a qualidade do serviço prestado, principalmente no período da estiagem.

### **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)**

#### **Quadro 01- Número de Ligações Ativas:**

<b>Mês/Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Total</b>
12/2009	1.489	81	06	<b>1.576</b>
12/2010	1.556	83	12	<b>1.651</b>
12/2011	1.699	97	13	<b>1.809</b>
04/2012	1.744	101	16	<b>1.861</b>

**Quadro 02 - Número de m<sup>3</sup> de água tratados:**

<b>Mês/Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Total</b>
12/2009	253.226,04	34.132,56	4.431,47	<b>291.790,07</b>
12/2010	297.155,62	36.735,53	3.968,50	<b>337.859,65</b>
12/2011	399.776,37	67.189,48	22.233,97	<b>489.199,82</b>
04/2012	152.541,57	30.554,27	6.574,12	<b>189.669,96</b>

Diante dos dados apresentados constata-se a urgência em relação ao Departamento de Água e sua capacidade limitada para desenvolver atividades de captação, tratamento e distribuição de água, exigindo ações imediatas.

Há que considerar que muitas famílias se aglomeram em casas de parentes (casas nos fundos), outras deslocaram-se para os sítios, alugando os seus domicílios para atender as demandas da CHTP.

#### **Problemáticas do Departamento:**

- a) **Captação:** necessidade de manutenção (devido ao assoreamento e acúmulo de sedimentos como folhas, árvores e terra no reservatório) e necessidade de ampliação da capacidade do reservatório. Isso implica em promover projetos de recuperação do manancial de abastecimento público, bem como da bacia hidrográfica em que está inserido.
- b) **Tratamento:** necessidade de ampliação da ETA (Estação de Tratamento de Água devido a capacidade limitada de tratamento e armazenamento (capacidade total do reservatório atual: 450 m<sup>3</sup>; identificando-se que o consumo diário atual é de aproximadamente 1.500m<sup>3</sup>, acrescentando-se 30% de perda no processo de tratamento e distribuição totalizando o tratamento de 1.950m<sup>3</sup>/dia).
- c) **Distribuição:** necessidade de aquisição de material para manutenção e ampliação da rede existente.

**Proposituras:**

- Realizar um Diagnóstico no Departamento de Água para conhecer a situação do Município e as perspectivas futuras.
- Promover parcerias com os produtores rurais, Prefeitura de Paranaíta, CHTP e Ministério Público para o isolamento e recuperação das áreas de APPs da Bacia Hidrográfica que abastece o reservatório da captação.

**ANEXO 03 – EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES  
CLÍNICAS**

<b>DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QTD</b>
<b>1</b>	<p><b><u>AGITADOR KLINE</u></b>            Agitador de Kline com controle de rotação (RPM) digital microprocessado. 4 programas de até 12 segmentos (Rampas e Patamares). Movimento: Orbital com curso de 25 mm; • Frequência de Movimentos: Regulável de 20 a 220 movimentos por minuto.</p>	<b>1</b>
<b>2</b>	<p><b><u>AGITADOR ORBITAL</u></b>            Agitador Orbital com controle de rotação (RPM) digital microprocessado com valores em (RPM); 4 programas de até 12 segmentos (Rampas e Patamares); Plataforma de alumínio 5mm com garras em aço inox AISI 304 para Erlenmeyers de diversos tamanhos ou outras vidrarias.</p>	<b>1</b>
<b>3</b>	<p><b><u>AUTOCLAVE VERTICAL</u></b>            Autoclave Vertical com capacidade de 18 litros, tampa e válvula confeccionadas em bronze, a caldeira e o cesto em aço inox .Dimensões internas: diâm. 25 cm / alt .40 cm. Dimensões externas: larg. 36 cm / comp. 36 cm / alt. 115 cm. Cesto interno: diâm. 23 cm / alt. 30 cm. Tensão: 110/220 V regulada por chave de acordo com circuito elétrico local. Manual em português.</p>	<b>1</b>
<b>4</b>	<p><b><u>ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA</u></b>            Sistema automático especializado em análises de bioquímica clínica. Deverá realizar de 36 amostras diferentes de cada parâmetro. Com a pipetagem automatizada permite maior precisão e exatidão nos resultados, e melhor custo/benefício, diminuindo o volume de reagente e o tempo do operador.            Totalmente micro processado, sistema aberto, deverá armazenar 50 programas de testes, imprimir os resultado sem concentração e possuir sistema de auto diagnóstico com código de erros. Temperatura controlada do reagente, da bandeja de amostras/reação e da cubeta de leitura.  <b>Características Técnicas:</b> Quantidade de exames 150 exames/hora para reações de ponto final. Bandeja: 36 pacientes por bandeja, mais posições para padrões e controles. Filtros 340, 405, 505, 546, 578, 620, 670, e duas posições livres para filtros adicionais. Cubeta óptica Cubeta de fluxo, metálica, de 32µl com janela de quartzo. Fonte Luminosa Lâmpada de halogênio de 50 w/12 V. Controle de Temperatura: Sistema Peltier (25°C, 30°C, 37°C). Sistema de Aspiração Bomba peristáltica FontedeEnergia110VAC ou 220 VAC ± 10%. Impressora de impacto de 24 colunas intera, papel comum. Teclado: 21 teclas e Display LCD alfa numérico 4x20 caracteres com ajuste de contraste. Âmbito Fotométrico-0, 200 aa+3, 500A. Volume mínimo de reagente 400 µl. Consumo 250VA médio, 500 VA pico. Peso 34 Kg. Dimensões Largura = 42 cm; Altura = 34 cm; Profundidade = 67 cm Diluidor Seringa de amostra: 100 µl. Seringa de reagentes: 1000 µl.</p>	<b>1</b>
<b>5</b>	<p><b><u>ANALISADOR DE IONS</u></b>            Sistema eletrônico apresenta display gráfico 64x128, teclado alfa-numérico, impressora gráfica térmica, fonte de alimentação de alto rendimento, CPU com memória flash, comunicação serial e entrada para leitor de código de barras. Deverá analisas amostras de 50 uL de sangue total, soro ou urina, podendo ser fornecido nas versões de dois (Na+, K+),</p>	<b>1</b>

	três parâmetros (Na <sup>+</sup> ,K <sup>+</sup> e Ca <sup>++</sup> ). <b>Características Técnicas: Parâmetros Medidos: Sangue, soro ou plasma:</b> Faixa Resolução Sódio 70 - 200 0,1 mmol/L Potássio 1,5-12, 00,01 mmol/L Cálcio 0,4-4, 00,01 mmol/L. <b>Urina:</b> Faixa Resolução Sódio 10 - 300 1 mmol/L Potássio 5 - 150 0,1 mmol/L Tipos de Amostra: sangue, soro, plasma, urina (diluída 1:5) ampolas de controle de qualidade Volume de Amostra: mínimo 50uL Sistema Eletrônico: Microprocessador: 8 bits com 128Kb Flash e 32Kb RAM. Impressora: Térmica gráfica com 168 p.de largura. Visor: Gráfico128x 64 pontos. Tensão Elétrica: 90 a 240 V50/60 Hz. Potência: 40VA . Dimensões: Largura: 280 mm Altura: 340 mm Profundidade: 170 mm- Peso: 3,6Kg.	
--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÃO	QTD
6	<p><b><u>BANHO-MARIA SOROLÓGICO</u></b></p> <p>Banho-Maria Sorológico com capacidade para 60 tubos, com tampa inox tipo pingadeiro, 04 estantes plásticas, cuba em aço inox. Temperatura: mínima de 30°C e máxima de 60°C. Medidas internas: largura 19,5/ fundo 19,5 / alt. 11cmTensão: 220 volts ( 60 Hz). Manual em português.</p>	1
7	<p><b><u>CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA LAB1610 CLASSE II TIPO B2 COM 100% DE RENOVAÇÃO DE AR.</u></b></p> <p>Cabine de Segurança Biológica classe II tipo B2 LAB 1610 tamanho 3 com 100% de renovação de ar servido através do filtro Hepa para o exterior através de um duto; (Todo o equipamento está em pressão negativa inclusive o duto de exaustão, forçando o ar contaminado a passar pelos filtros Hepa evitando a fuga para o laboratório) Projetada para trabalhos classe 100 conforme (ABNT NBR 13.700) e ISO CLASSE 5 conforme norma internacional ISO 14.644-1; NSF 49- Construída em chapa de alumínio naval com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi; - Gabinete de trabalho construído em aço inox AISI 304(incluindo paredes e tampo da mesa de trabalho) evitando corrosão; - Base com rodízios giratórios com freio; - Sistema de alarme áudio visual para indicar a saturação do filtro quando a pressão do filtro absoluto exceder 50% da pressão inicial (IEST-RP-CC002. 2)- Horímetro para contagem de horas do funcionamento do equipamento; - Timer para lâmpada UV; - Assoalho removível para maior facilidade na limpeza; - Ventilador tipo siroco Motor de 1/2 CV com proteção térmica e regulagem eletrônica de velocidade para perda de pressão (três velocidades) Proteção térmica dotada de reles e fusíveis de proteção- Manômetro diferencial de pressão digital; - Horímetro para lâmpada UV; - Filtro tipo HEPA classe A3, NBR-6401, EU-13Eurovent4/4, com eficiência de 99.99 % DOP para partículas de 0,3 micron, moldura em alumínio anodizado; - Pré-filtro classe G3 sintético30-35% Ashra e colorimétrico, 92% Ashra e gravimétrico (aumenta durabilidade do filtro HEPA) - Motor externo de indução com regulagem através de inversor de frequência (aumentando a durabilidade e garantia do motor)- Vidro temperado frontal tipo guilhotina (sobe e desce) podendo parar em qualquer posição da área de trabalho, com inclinação de 5 graus (aumentando o conforto do operador e diminuindo reflexos) - Quatro interruptores, (geral, motor, lâmpada fria, lâmpada UV); - Painel elétrico removível; - Alarme sonoro para alertar o operador quando o vidro frontal exceder a 200 mm, abertura operacional segura; - Alarme sonoro para alertar o operador quando o motor externo tiver problemas (desligando automaticamente o equipamento).</p>	1

8	<p><b>COAGULÔMETRO</b>  Coagulômetro monocanal, micro processado, alta performance e simplicidade operacional. Que permita a determinação de todas as rotinas de coagulação: TP, TTPA, TT, Fibrinogênio e de mais fatores, usando plasma citratado. Forneça os resultados de TP em Atividade (%), INR e Relação, e os de Fibrinogênio diretamente em concentração. Deve possuir sistema de detecção ótico do tipo turbodensitométrico, inclusive nos casos de plasmas lipidêmicos e com fraca formação de fibrinas. Deverá trabalhar com volume total (amostra + reagentes) de 150 microlitros, ou seja a metade do volume empregado no método manual. Sistema eletrônico micro processado bastante versátil e incluir: detector ótico de cubeta, display alfa-numérico de duas linhas, teclado de comando multifunções, e cronômetro com alarme sonoro para um perfeito controle de tempo de incubação. Possuir software que permita o armazenamento de 100 resultados e das curvas de calibração para TP e Fibrinogênio, dispensando os complexos cálculos dos fatores matemáticos. Detector: Sistema fotométrico com agitador magnético. Bloco termostatzado: Bloco de alumínio com controle eletrônico de temperatura (37° C) Teclado: Quatro teclas com múltiplas funções. Display: Cristal líquido alfa-numérico com duas linhas de vinte caracteres. Memória: Armazenamento de curvas de calibração para TP e Fibrinogênio com até dez diluições. Armazenamento dos 100 últimos resultados. Tensão elétrica: 90 a 240 V 50/60 Hz. Potência: 30 VA Max. Dimensões: 285 x 188 x 90 mm. Peso: 2,2 K. Impressora: Térmica, gráfica.</p>	1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QTDDE</b>
9	<p><b>CONTADOR DIFERENCIAL DE CELULAS</b>  Sistema de detecção de células por variação de impedância- Determinação da Hemoglobina por colorimetria. - Resultados apresentados: RBC, WBC, HCT, HGB- Parâmetros calculados: VCM=Volume Corpuscular Médio;- HCM = Hemoglobina Corpuscular Média;-CHCM=Concentração de Hemoglobina Corpuscular - Compensação automática de temperatura para HCT Hematócrito obtido pela detecção cumulativa – Fácil operação com excelente precisão – Diluidor automático de células. Características: ALIMENTAÇÃO: 110/220VAC±10%50/60 hz CONSUMO APROX.: 70 W a 60 HZ; 75 W a 50 HZ TEMPERATURA: 10 a 30°C AMBIENTE e 18 a 30°C DILUENTE UMIDADE RELATIVA: 45 A 85% NÃO CONDENSADA DIMENSÕES : 26 (L) X 41 (P) X 33 (A) PESO: 17 kg REAGENTE: CELLMLISE II , ISOCELLM II e CELLMOGLOBINA PADRÃO. LEITURA HGB EM: 540nm ± 5nm - Impressora: Gráfica De Impacto Com 24 Colunas (interna) ACOMPANHA: Diluidor de uso conjunto com os Contadores Automáticos de Células Celm. Realiza diluição 1: 500 para leucócitos e hemoglobina e 1:100 para hemácias e hematócrito. Volume final de diluição 10 mL.</p>	1
10	<p><b>CONTADOR DE CÉLULAS</b>  Contador de células desenvolvido através da utilização de tecnologia digital. Possui as seguintes características: 12 teclas sendo 10 teclas de contagem e 2 teclas de função; Visor digital; Registro de Leucócitos, funções de cálculo de valores absolutos e índices hematimétricos; Contagem de ERITROBLASTOS em separado; Alarme sonoro e bloqueio automático ao se atingir 100 (cem) células contadas; Teclado de Alta durabilidade; Alimentação 110V/220V - selecionável na fonte do equipamento, 60Hz; Assistência técnica no País; Garantia de 1 ano.</p>	1

11	<p><b><u>COLORÍMETRO FOTOELÉTRICO</u></b>          Colorímetro Fotoelétrico em metal com pintura em epóxi à prova de respingos; com volume de amostras a partir de 1,5 ml; escala de leitura com transmitância de 0 a 100%, absorvância de 0 a 2 ; com selecionador de 5 filtros básicos de 420nm, 470nm, 530nm, 620nm e 660nm, com display LED de 3 dígitos; lâmpada em tungstênio de 6 V-0,5Amp; voltagem 110-220 V regulada por chave de acordo com circuito elétrico local. Manual em português.</p>	1
12	<p><b><u>DEIONIZADOR</u></b>          Remove os sais dissolvidos na água, produzindo água deionizada, dando-lhes uma pureza iônica superior a da água bi-destilada. Com baixo consumo de energia e não necessitando água para refrigeração. Aplicação nos laboratórios de análises clínicas hospitalares, farmácias, água para bateria, água para reciclagem de cartuchos de impressora, água para alimentação de aquário, etc. Trabalha com resinas de troca iônica (catiônica e aniônica) que estão na mesma coluna. Características: Confeccionado em plástico PVC Possui sensor condutivímetro de alarme ótico (alertando da necessidade da troca da coluna). A lâmpada vermelha da célula condutimétrica indica quando há necessidade de troca da coluna intercambiável Condutividade: 0,7 a 4,0 m<sup>Ω</sup>/cm Resistividade: 1,5 a 0,3 M<sup>Ω</sup> xcm pH: 5 a 8 Eletrólitos totais dissolvidos &lt; 1ppm. Dimensões (cm) diâm 20xh77 Vazão 50 Elemento 5 l de resina mista (rendim. 900 l) *Potência (W) 9 Voltagem (V) 110 ou 220.</p>	1
13	<p><b><u>DESPERTADOR DE 60 MINUTOS</u></b>          despertador de 60 minutos, com movimento mecânico. Dotado de sinal sonoro e fácil manuseio.</p>	1
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QTDADE</b>
14	<p><b><u>ESTUFA BACTERIOLÓGICA</u></b>          Estufa Bacteriológica fabricada para utilização em laboratórios de investigação, de patologias, clínicas e eventualmente em patologia cirúrgica e microbiológica onde praticamente todas as culturas bacteriológicas são incubadas à temperatura constante (geralmente 37°C) por tempo variável, para crescimento e multiplicação de microorganismos. Capacidade de 113 litros com termostato eletro-mecânico de 28 a 70° C. Medidas internas: 43x49x54 potencia 510 W. Possui suspiro giratório localizado na parte superior para permitir a saída de ar expandido pelo aquecimento, PAINEL com chave geral (liga/desliga), chave reversora de tensão (110/220 v), porta fusível com fusível de proteção, teclas start/stop para iniciar ou interromper ciclo; display do termômetro para medição de temperatura e termostato e teclas de aumentar e diminuir para regulação do termostato. Estrutura construída totalmente em chapa de aço tratado quimicamente anti-corrosão, acabamento interno pintado com tinta alumínio resistente ao calor e externo em pintura eletrostática a pó. Porta almofadada com amplo visor inquebrável e termômetro acoplado, puxador de formato anatômico com isolante térmico e elétrico com fecho magnético, fechadura e chave e perfeito isolamento térmico. Calor irradiado através de resistência de níquel cromo.</p>	1

15	<p><b><u>MICROCENTRÍFUGA</u></b>  Centrífuga de microhematócrito com cruzeta para 24 microtubos capilares; em plástico de alto impacto; rotação fixa de 11.500 r.p.m. com ajuste de tempo; Tipo de aceleração e frenagem em 15 segundos; sistema de segurança impedindo funcionamento com tampa aberta. Tensão: 220 volts. Manual em português.</p>	1
16	<p><b><u>MICROSCÓPIO</u></b>  Microscópio Biológico Binocular com objetivas acromáticas. Aumento de até 1600 x (ocular de 16x com objetiva de 100x). Lâmpada de halogênio pré-centrada de 6 Volts/20Watts. Transformador de baixa voltagem com reostato de variação contínua, para permitir o ajuste da intensidade de luz Sistema de focalização e movimento através de botão macrométrico e micrométrico conjugado se graduados. Trava mecânica (tipo alavanca) como proteção contra uma acidental quebra da lâmina Platina retangular com Charriot de 140x155 mm. Condensador Campo Claro tipo "ABBE" com abertura numérica de 1.25. Oculares campo amplo de 10x e 16x com ajuste para diferenças de dioptrias. Revólver porta objetivas com 4 objetivas. Fonte de iluminação com comutação automática para funcionar de 85 a 260 Volts. Base: de grande dimensão e máxima estabilidade. Estativa: Moderna, com comandos macrométrico e micrométrico conjugados e trava mecânica para evitar quebra de lâmina. Comandos: Macrométrico e micrométrico conjugados, com ajuste de tensão e trava para focalização da lâmina. Platina: Platina mecânica (duas camadas), medindo 140 x 155 mm, controle coaxial, charriot graduado com área de trabalho de 50 x 75 mm, escala de Vernier de 0,1 mm. Revólver Invertido: Para 4 objetivas, com "click" de parada. Objetivas: Acromáticas de 4x (0,10), 10x (0,25), 25x (0,40), 40x(0,65) retrátil 100 x (1,25) retrátil de imersão. Tubos: Tubo binocular com articulação livre (tipo SIEDENTOPF), inclinado a 30° ou 45°, giratório de 360°, ajuste interpupilar de 55 a 75mm. Oculares Campo Amplo: WF 10x (18 mm), WF 10x (20 mm), WF 16x (11 mm), WF 20x (11 mm), micrométrica 10x, Pointer (seta) 10 x Fator: Aumento 40 x ~1600 x Condensador Campo Claro: Condensador tipo ABBE, (N.A. = 1,25), com diafragma íris e ajustável através do Sistema Koehler Filtros: Azul (padrão), Verde Iluminação: Iluminação Halogênica 6 Volts/20 Watts, com regulagem e dispositivo tipo "Koehler" para centralização do condensador Contraste Fase: Objetivas de fase acromáticas PH10x (0,25), PH20x (0,40), PH40x (0,65) retrátil e PH100x (1,25) retrátil de imersão. Condensador tipo Turret N.A. 1,25, telescópio centralizador e 2 filtros Campo Escuro: Condensador (seco) N.A. 0,77~0,91. Condensador (imersão) N.A. 1,22~1,40 Medição: Ocular micrométrica 10x, discos (retículos) e lâminas padrão para medições micrométricas Espelho: Para iluminação natural Peso: 7 Kg Voltagem: Bivolt Automático (até 265 Volts).</p>	1
17	<p><b><u>REFRIFERADOR</u></b>  Capacidade para 250 Litros, na cor branca, bivolt, classe A de consumo.</p>	1

**ANEXO 04 – PORTARIA Nº 2.338, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011 – SALA DE  
ESTABILIZAÇÃO**

**PORTARIA Nº 2.338, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011*****Estabelece diretrizes e cria mecanismos para a implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências.***

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1044/GM/MS, de 1º de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Hospitais de Pequeno Porte; e

Considerando a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica e estabelece, no item 5, inciso VII, do Capítulo I, a realização de primeiro atendimento às urgências médicas e odontológicas como característica do processo de trabalho das equipes de atenção básica, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as diretrizes e cria mecanismos para implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, reformulada pela Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011.

Art. 2º A Sala de Estabilização (SE) é a estrutura que funciona como local de assistência temporária e qualificada para estabilização de pacientes críticos/graves, para posterior encaminhamento a outros pontos da rede de atenção à saúde, observadas as seguintes diretrizes:

- I - funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e nos 7 (sete) dias da semana;
- II - equipe interdisciplinar compatível com suas atividades; E
- III - funcionamento conforme protocolos clínicos e procedimentos administrativos estabelecidos e/ou adotados pelo gestor responsável.

§ 1º Paciente crítico/grave é aquele que se encontra em risco iminente de perder a vida ou função de órgão/sistema do corpo humano, bem como aquele em frágil condição clínica decorrente de trauma ou outras condições relacionadas a processos que requeiram cuidado imediato clínico, cirúrgico, gineco-obstétrico ou em saúde mental.

§ 2º Assistência qualificada é a assistência prestada por profissionais de saúde capacitados ao pleno exercício dos protocolos clínicos firmados para o funcionamento

adequado da SE.

Art. 3º A SE deve ser localizada em unidades ou serviços da Rede de Atenção à Saúde, devendo ser observados os seguintes requisitos para a sua implantação:

I - cobertura regional do componente SAMU 192 para a localidade de instalação da SE ou configuração da SE como base descentralizada do componente SAMU 192, de suporte avançado ou básico de vida, garantindo complementaridade da assistência local ou por telemedicina;

II - localização da SE em Município que ocupe posição estratégica em relação à Rede de Atenção às Urgências, objetivando menor tempo-resposta para atendimento e encaminhamento aos demais serviços de saúde referenciados do Plano de Ação Regional;

III - configuração da SE como serviço de apoio ao atendimento, transporte e/ou transferência de pacientes críticos/graves em locais com grande extensão territorial ou de característica rural ou com isolamento geográfico de comunidades;

IV - instalação da SE em serviços de saúde, públicos ou filantrópicos, preferencialmente em Hospitais de Pequeno Porte, habilitados ou não, com até 30 (trinta) leitos e fora da área de abrangência de UPA 24 horas, podendo também ser instalada em outras unidades tipo Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade Mista, desde que garantidas as condições para seu funcionamento integral por 24 horas em todos os dias da semana;

V - presença de equipe mínima de saúde composta por um médico, um enfermeiro e pessoal técnico com disponibilidade para assistência imediata na SE aos pacientes críticos/graves admitidos, nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana; e

VI - treinamento e qualificação da equipe atuante na SE para atendimento de urgências.

§ 1º A SE deve ser implantada com a observância dos parâmetros constantes do Anexo II a esta Portaria.

§ 2º Situações excepcionais serão discutidas e pactuadas na Comissão Intergestores Regional (CIR) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e posteriormente enviadas para análise do Ministério da Saúde.

Art. 4º A SE deve atender às orientações gerais, diretrizes e parâmetros estabelecidos na presente Portaria e na Política Nacional de Atenção às Urgências, especialmente com relação à:

I - observância do Anexo I a esta Portaria, no tocante à estrutura física, ao mobiliário e aos materiais e equipamentos mínimos definidos para a SE; e

II - observância do modelo definido pelo Ministério da Saúde no tocante à caracterização visual das unidades, conforme disponível no endereço eletrônico <http://www.saude.gov.br/sas>.

Parágrafo único. As ações das SE devem ser incluídas nos Planos de Ação Regional das Redes de Atenção às Urgências, conforme determina a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 2011.

Art. 5º Constituem-se responsabilidades da SE:

- I - articular-se com a Rede de Atenção Básica, SAMU 192, unidades hospitalares, unidades de apoio diagnóstico e terapêutico e com outros serviços de atenção à saúde do sistema de saúde da região, construindo fluxos coerentes e efetivos;
- II - fornecer retaguarda aos pacientes críticos e graves atendidos em regime de urgência no âmbito da Atenção Básica;
- III - realizar atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem adequados aos casos críticos ou de maior gravidade;
- IV - encaminhar os pacientes, após estabilização clínica, para internação em serviços hospitalares, por meio do Complexo Regulador, ou para as portas de urgência referenciadas pela Central de Regulação Médica das Urgências;
- V - prover atendimento e/ou encaminhamento adequado a serviço de saúde hierarquizado, regulado e integrado à rede Atenção às Urgências da região a partir da complexidade clínica e traumática do usuário;
- VI - referenciar e contrarreferenciar para os demais serviços de atenção integrantes da rede de atenção à saúde, proporcionando continuidade ao tratamento com impacto positivo no quadro de saúde individual e coletivo; e
- VII - solicitar retaguarda técnica ao SAMU 192, sempre que a gravidade/complexidade dos casos ultrapassarem a capacidade instalada da SE.

Art. 6º Constituem-se responsabilidades do gestor responsável pela SE:

- I - garantir apoio técnico e logístico para o bom funcionamento da SE;
- II - estabelecer e/ou adotar protocolos clínicos e procedimentos administrativos para o adequado funcionamento da SE; e
- III - implantar processo de Acolhimento com Classificação de Risco, em concordância e articulação com outras unidades de urgência e de acordo com o Plano de Ação Regional.

Art. 7º Fica instituído incentivo financeiro de investimento para implantação de SE no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser repassado pela União aos Municípios responsáveis pela implantação.

§ 1º O valor referido no caput deste artigo configura o valor máximo a ser repassado pelo Ministério da Saúde para implantação de uma SE, compreendendo a área física, mobiliário, materiais e equipamentos mínimos, conforme definido nesta Portaria.

§ 2º Caso o custo da implantação da SE seja superior ao incentivo repassado pelo Ministério da Saúde, a respectiva diferença no valor dos recursos financeiros deverá ser custeada Estados e Municípios interessados, conforme pactuado na CIR e na CIB.

§ 3º O incentivo financeiro de que trata o caput deste artigo será repassado aos Estados e Municípios com propostas aprovadas e com as SE aptas ao recebimento de investimento pelo Ministério da Saúde, conforme o estabelecido no art. 10 desta Portaria.

§ 4º Em caso de reforma de SE em serviços de saúde já existentes, o incentivo descrito no caput deste artigo será repassado, pelo Ministério da Saúde, a título de aquisição de equipamentos, materiais e mobiliários, cabendo ao Município a contrapartida para reforma e estruturação física da SE.

Art. 8º O repasse do incentivo financeiro de que trata esta Portaria será realizado pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em parcela única após a publicação de Portaria específica.

§ 1º Caberá aos órgãos de controle interno do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA) e à Controladoria-Geral da União (CGU) o monitoramento da correta aplicação dos incentivos financeiros previstos nesta Portaria e do cumprimento dos compromissos assumidos.

§ 2º Em caso de irregularidades constatadas pelos órgãos definidos no § 1º deste artigo, os recursos serão restituídos ao FNS, acrescidos de correção monetária prevista em lei.

Art. 9º Os Estados e Municípios que desejem receber o incentivo financeiro de que trata o art. 7º desta Portaria, deverão submeter ao Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), proposta de implantação de SE.

§ 1º A proposta de que trata o caput deste artigo será elaborada com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências.

§ 2º A proposta deverá conter:

- I - o quantitativo populacional a ser coberto pela SE;
- II - o compromisso formal do Município de prover a SE com equipe mínima, conforme estabelecido no Anexo II a esta Portaria, sendo de responsabilidade dos gestores a definição de estratégias que visem garantir retaguarda médica, de enfermagem e de pessoal técnico, nas 24 horas do dia e em todos os dias da semana, possibilitando a estabilização de pacientes críticos/graves;
- III - informação da existência, na área de cobertura da SE, de SAMU 192 habilitado; ou, na ausência deste, apresentação de termo de compromisso de implantação de SAMU 192 dentro do prazo de implantação da SE;
- IV - informação sobre as grades de referência e contrarreferência pactuadas na Rede de Atenção à Saúde com as Unidades de Atenção Básica e/ou de Saúde da Família, bem como sobre os hospitais de retaguarda, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e o transporte sanitário, quando houver;
- V- garantia de cobertura de Atenção Básica de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no Município sede da SE;
- VI - garantia de retaguarda hospitalar, mediante a apresentação de termo de compromisso formalmente estabelecido pelas unidades de referência, em que estas aceitam ser referência e comprometem-se com o adequado acolhimento e atendimento dos casos encaminhados pelas Centrais de Regulação das Urgências de cada localidade;
- VII - adesão ao Pacto Pela Saúde ou compromisso sanitário existente ou a demonstração do processo de adesão em curso; e
- VIII - declaração do gestor responsável acerca da exclusividade de aplicação dos recursos financeiros repassados pela União para implantação da SE, garantindo a execução desses recursos para este fim.

§ 3º Em caso de inexistência do Componente SAMU 192, deverá ser garantido o transporte adequado ao quadro clínico do paciente, para remoção e garantia da continuidade da atenção, respeitado o art. 10.

§ 4º Após pactuada e aprovada pela CIR e pela CIB, a proposta será encaminhada à SAS/MS para avaliação e verificação dos documentos descritos no § 2º deste artigo.

§ 5º Para a verificação prevista no § 4º deste artigo, a SAS/MS utilizará o Sistema de Pagamento (SISPAG), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde.

§ 6º Após a aprovação pela SAS/MS, caberá ao Ministério da Saúde publicar Portaria específica que afirma a aptidão do proponente ao recebimento do incentivo financeiro.

Art. 10. Fica instituído incentivo financeiro para custeio mensal da SE, a título de participação do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

§ 1º O incentivo mensal para custeio será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para custeio das SE localizadas em Municípios situados na região da Amazônia Legal, na região Nordeste e em regiões de extrema pobreza do Brasil, excetuando-se as regiões metropolitanas destas áreas;

§ 2º A caracterização das regiões de extrema pobreza do Brasil observará os critérios definidos pela Presidência da República.

§ 3º O repasse do incentivo mensal para custeio da SE está condicionado à habilitação da SE.

§ 4º A habilitação dar-se-á por Portaria específica do Ministério da Saúde, desde que comprovado o perfeito funcionamento da SE, com a apresentação da seguinte documentação:

- I - declaração do gestor acerca da adequação da área física disponível para o funcionamento da SE, conforme Anexo I a esta Portaria;
- II - descrição, pelo gestor, dos equipamentos, materiais e mobiliários instalados, conforme Anexo I a esta Portaria;
- III - descrição, pelo gestor, da equipe que atuará junto à SE; e
- IV - declaração da CIR confirmando o funcionamento efetivo da SE, conforme padrões mínimos exigidos para a área física, equipamentos e recursos humanos.
- V - Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária local.

§ 5º Uma vez habilitada a SE, o Município responsável pelo seu funcionamento receberá o incentivo de custeio mensal diretamente do FNS, de forma regular e automática, para manutenção dos serviços efetivamente implantados e habilitados.

§ 6º O recurso referido no § 5º deverá compor o Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

§ 7º A complementação dos recursos necessários ao custeio das SE é de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB.

§ 8º Caso haja redução da cobertura de Atenção Básica ofertada no Município sede da SE por mais de 3 (três) meses consecutivos, ficará suspenso o repasse do incentivo de custeio mensal, instituído no caput deste artigo, até que se demonstre o retorno ao patamar de cobertura observado no momento da habilitação.

§ 9º É obrigatória a inscrição da SE no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a alimentação dos Sistemas de Informação do SUS (SIA/SUS e SIH/SUS) com os dados de produção de serviços das unidades habilitadas, ainda que não gere pagamento de procedimentos por produção.

§ 10 A não-alimentação dos bancos de dados referidos no § 9º deste artigo por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados implicará a suspensão do repasse do incentivo de custeio mensal estabelecido no caput deste artigo.

Art. 11. Os recursos financeiros para o custeio das atividades de que tratam esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 1220 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, nas seguintes ações:

- I - 10.302.1220.8933 - Serviço de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar;
- II - 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade; e
- III - 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 12. Para os fins do disposto nesta Portaria, ao Distrito Federal competem os direitos e obrigações reservados aos Estados e aos Municípios.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA**

ÁREA FÍSICA, INFRAESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO, MATERIAIS E  
EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA SALA DE ESTABILIZAÇÃO (SE)  
Área Física Infraestrutru física

**ANEXOS**

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/anexo/anexo\\_prt2338\\_03\\_10\\_2011.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/anexo/anexo_prt2338_03_10_2011.pdf)

**ANEXO 05 – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE MAIO DE 2009 – MINISTÉRIO  
DA SAÚDE**

## Subsecretaria de Planejamento e Orçamento



Ano CXLVI Nº 91

Brasília – DF, sexta-feira, 15 de maio de 2009

**Conteúdo específico sobre a Sala de Estabilização: INSS 1677-7042 nº 91**

**Seção 1 – Páginas 58 a 65; 97 a 98; 101; 129 a 130**

**SEÇÃO 1**

Portaria 1020 .....	02
Acórdão 974.....	10
Acórdão 991.....	12
Acórdão 2306 .....	13

**SEÇÃO 2**

Sem matéria relevante

**SEÇÃO 3**

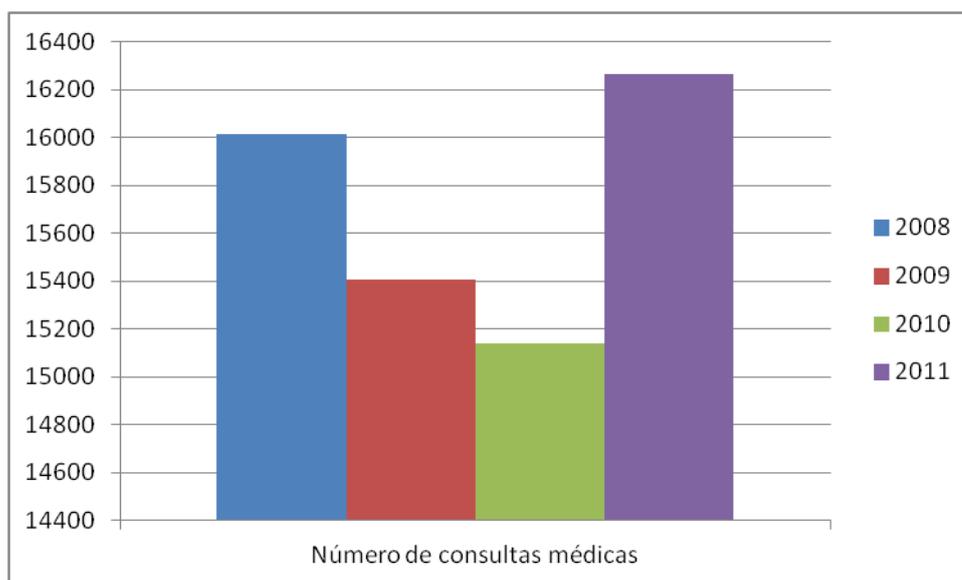
Sem matéria relevante

**ANEXO 06 – SIAB – CONSULTAS USFS (2008 a 2011)**

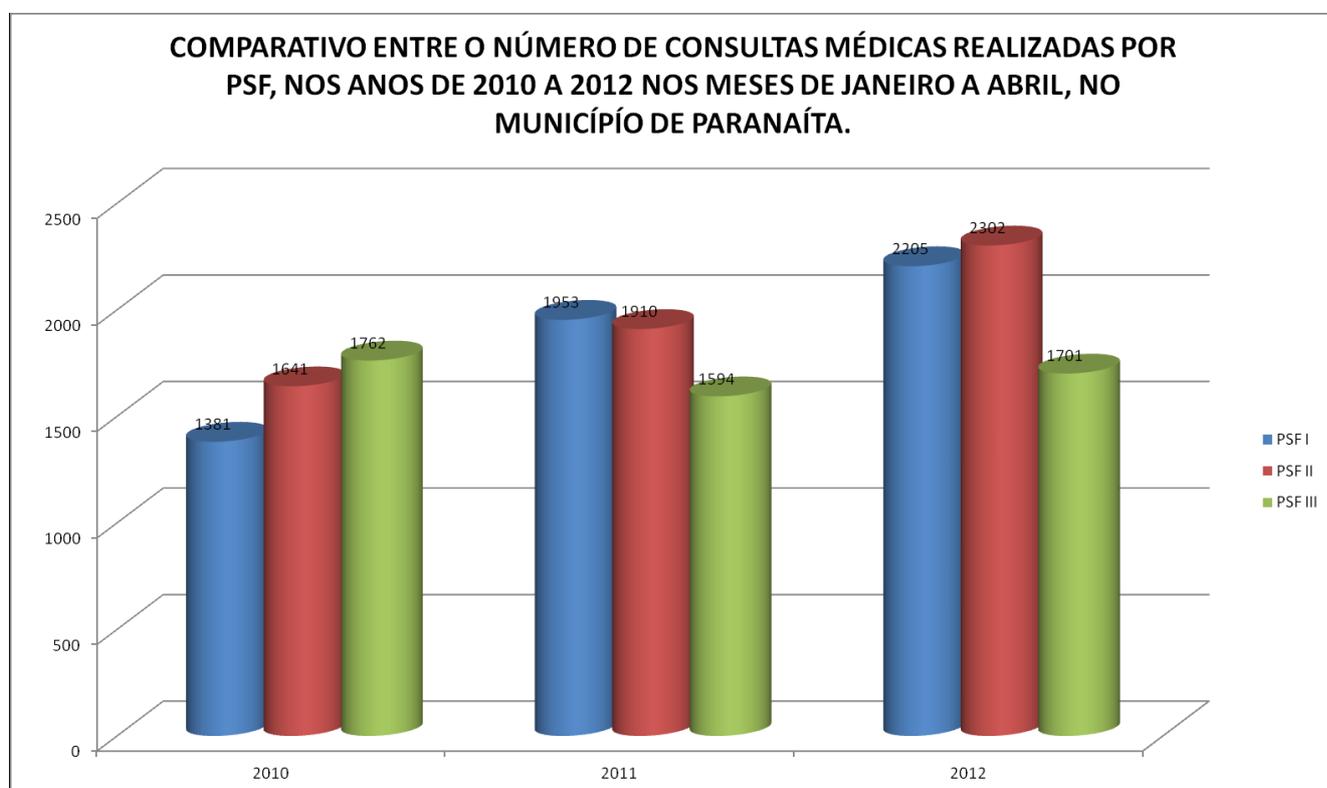
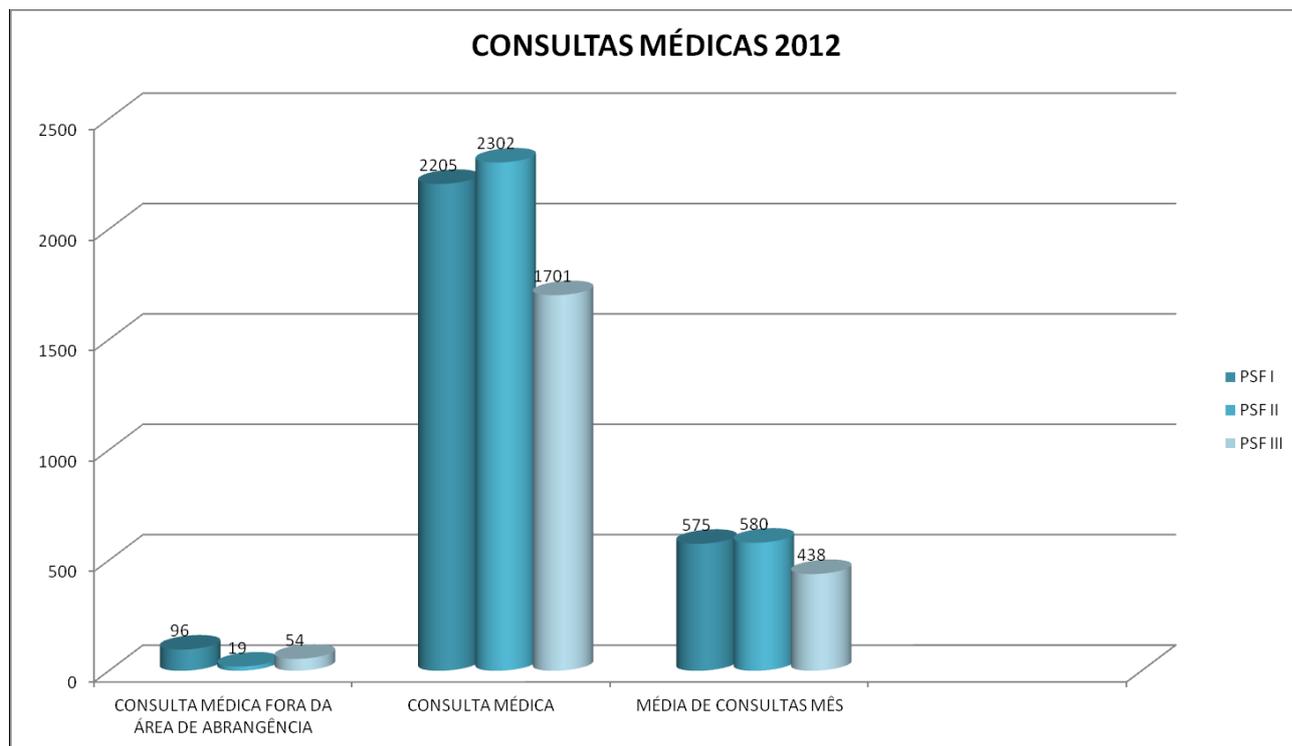
**Sistema de Informação de Atenção Básica - Produção e Marcadores - Mato Grosso**  
**Número de consulta médicas realizadas nas Unidades de Saúde da Família**  
**do município de Paranaíta segundo na série histórica de 2008 a 2011.**

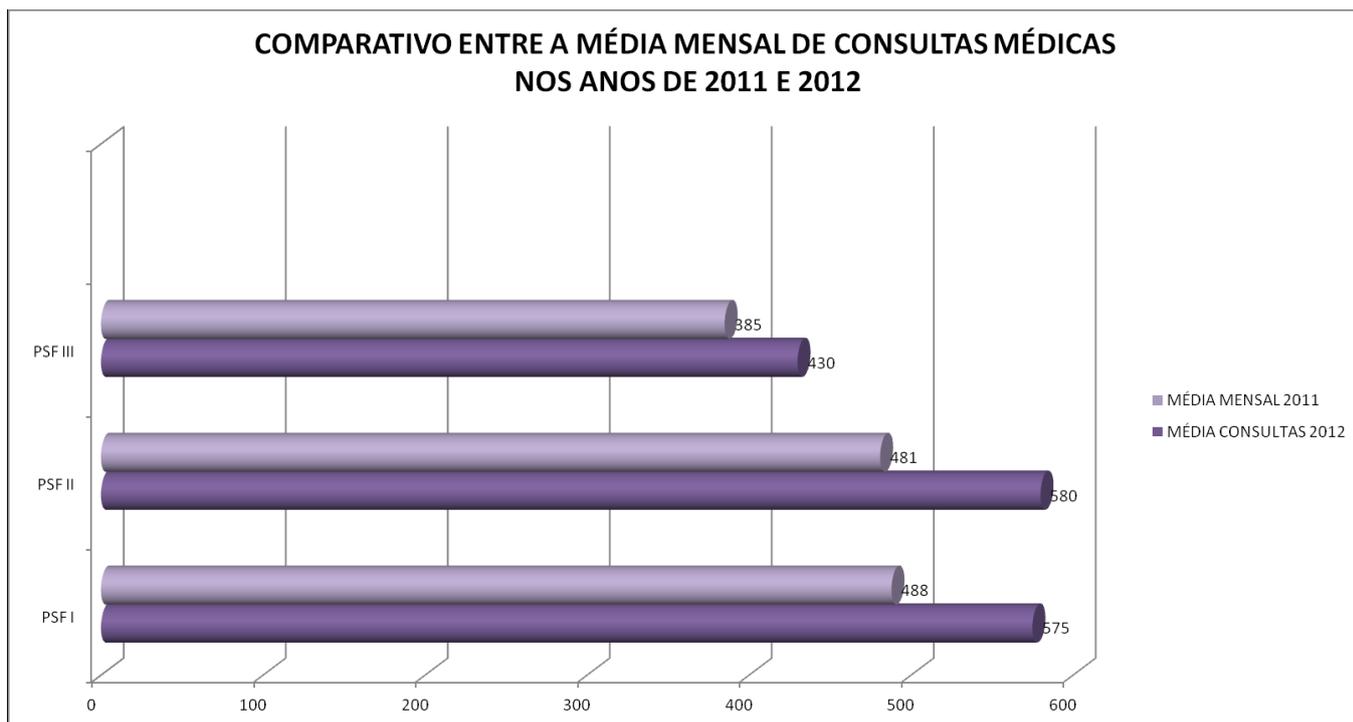
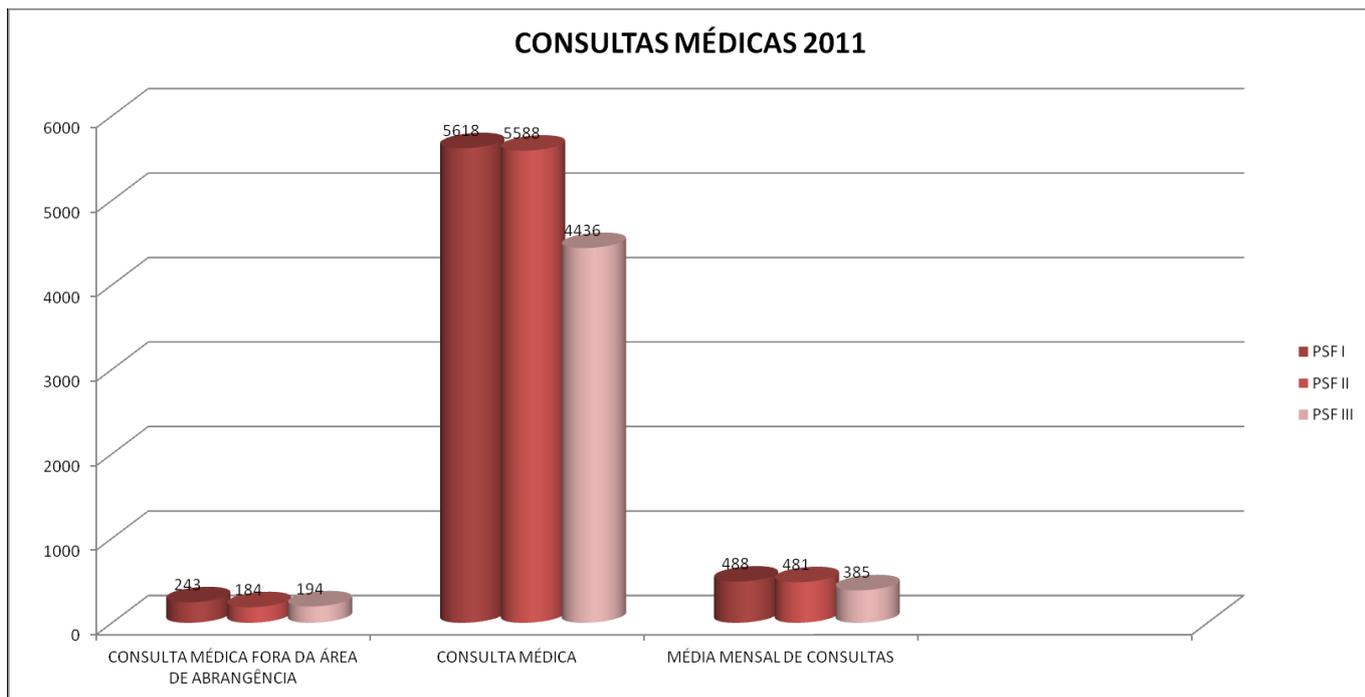
<b>Ano</b>	<b>Total</b>
2008	16016
2009	15404
2010	15137
2011	16263

**Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB**  
**Consulte o site da Secretaria Estadual de Saúde para mais informações.**



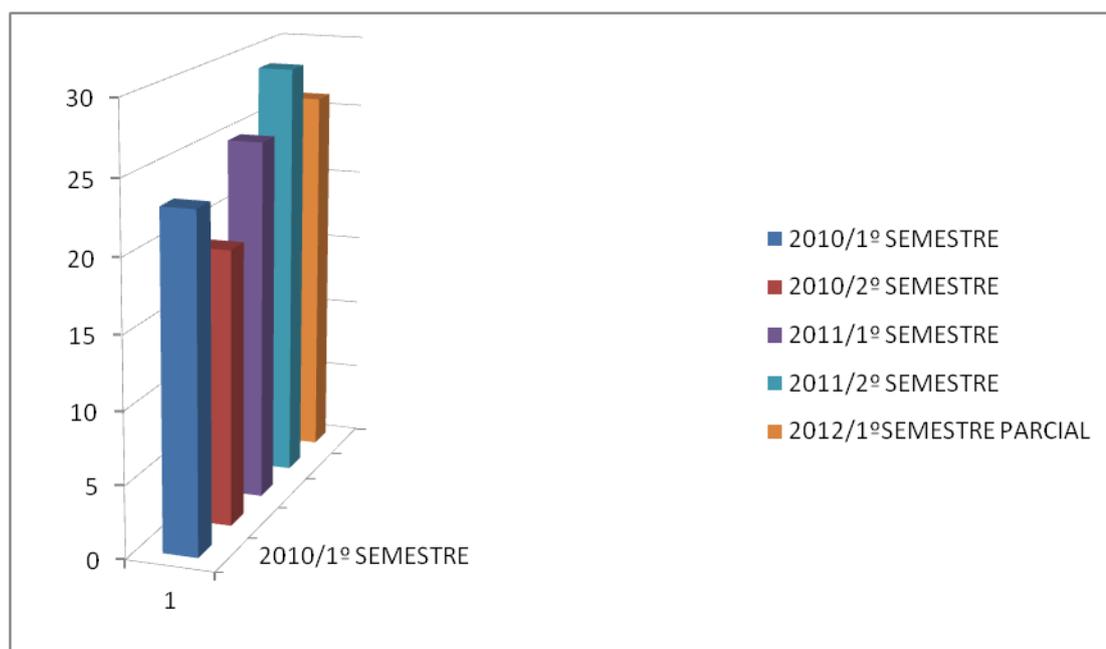
**ANEXO 07 – RELATÓRIO SIAB (2010 - 2012)**





**ANEXO 08 – NÚMERO DE ACIDENTES (2010-2012)**

**GRÁFICO DE DEMONSTRAÇÃO DOS BOLETINS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO  
- B.A**



**Fonte: Polícia Civil**

**DADOS:**

**2010/1º SEMESTRE : 23 BOLETINS**

**2010/2º SEMESTRE : 19 BOLETINS**

**2011/1º SEMESTRE : 25 BOLETINS**

**2011/2º SEMESTRE : 29 BOLETINS**

**2012/1º SEMESTRE : 26 BOLETINS**

**ANEXO 09 – OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA  
SOLICITANDO APOIO PARA A CAMPANHA TRÂNSITO CONSCIENTE**



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA  
AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Ofício nº. 067/2012/AMT

Paranaíta, 22 de Maio de 2012

Ao Ilustríssimo Senhor  
**Eugênio Destri**  
Diretor de Habilitação  
DETRAN-MT

Prezado Senhor,

Em virtude a implantação de uma Usina Hidrelétrica em nosso Município tem se tornado crescente o aumento da população local bem como dos problemas ocasionados por tal fato, problemas estes que exerce grande influência no trânsito local.

É observado o grande aumento na demanda de infraestrutura a qual vem sendo respeitada e atendida pela Gestão Municipal, recentemente fomos contemplados com um projeto de sinalização vertical e horizontal e encontra-se em processo licitatório a compra de uma máquina de pintura viária para a manutenção desta sinalização, dentre outras ações realizadas estamos trabalhando também em projetos de calçamento em vias públicas a fim de atender aos pedestres.

Pode-se verificar pelos fatos acima expostos que estamos comprometidos e interessados em tornar nosso trânsito mais humano e seguro, porém sabemos que não só com a estruturação poderemos alcançar tal objetivo, verificamos a grande necessidade de políticas educacionais e de orientação sobre trânsito, buscamos através da Agência Municipal de Trânsito nos engajar e participar de projetos e campanhas, como estivemos participando na Campanha de Volta as Aulas e Carnaval 2012 do DETRAN-MT, bem como em blitz educativas feitas em nosso Município.

A fim de complementar os trabalhos realizados e por acreditarmos que podemos ser merecedores de tal contemplação, venho por intermédio deste reforçar e reformular o pedido realizado pelo Prefeito Municipal de Paranaíta em agosto de 2011 (conforme cópia do ofício em anexo), que trata da solicitação do envio da equipe técnica responsável pela aplicação da Campanha TRÂNSITO CONSCIENTE em nosso Município.

Acreditamos ser válido o requerimento e ansiamos na esperança de podermos ser atendidos, colocamos-nos a disposição para eventuais esclarecimentos e para a busca de parcerias necessárias para a efetivação de tal campanha.

Desde já agradecemos e renovamos votos de estima, consideração e apreço seguido de saudações de toda a população Paranaítense.

Cordialmente;

  
Juliano R. Piovesan  
Chefe Ag. Mun. Trânsito de Paranaíta  
DETRAN - MT

JULIANO RODRIGO PIOVESAN  
Chefe da Agência Municipal de Trânsito  
Paranaíta - MT  
Fone: (66)3563-1889

**ANEXO 10 – OFÍCIO A ODEBRECHT NOTIFICANDO SOBRE A CONDUTA  
INADEQUADA DE FUNCIONÁRIO**



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Paranaita, 23 de Janeiro de 2012

Ofício nº 04/2012

Ao Senhor Ivo Riva  
Responsável Geral de R.H  
Construtora Norberto Odebrecht

**Prezado Senhor.**

Venho primeiramente cumprimentá-lo e informá-lo de que a chegada e instalação da **U.H.E TELES PIRES** é por muito aguardada e sonhada pela população Paranaítense, porém como Chefe da Agência e representante do **DETRAN-MT** neste Município, venho informá-lo de que muitas são as reclamações da população local em relação as atitudes tomadas por alguns funcionários da **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT**, atitudes estas relacionadas a conduta no trânsito de pedestres neste até então pacato Município, reclamações que na minha pessoal opinião são muito bem ancoradas na verdade pelos fatos abaixo expostos;

Neste domingo dia 22 de Janeiro de 2012 exatamente as 20:07 Horas nas proximidades do alojamento **OASIS "3"** ao me deslocar para um passeio na companhia de minha namorada fomos bruscamente interceptados por um indivíduo de cor clara, estatura mediana que se atirou na frente do veículo forçando me a frear bruscamente, por felicidade e por estarmos em baixa velocidade não o atingimos, porém sua posterior atitude muito nos assustou.

Com o veiculo completamente parado o indivíduo em questão se atirou em cima do capô do veiculo dando tapas na lataria que se estendeu até a porta do passageiro do veículo,

Rua 409, Nº 49, Setor Industrial  
Panaita-mt CEP 78590-000  
Fone (66) 3563 1889

**ANEXO 11 – OFÍCIO SOLICITANDO REDUTOR DE VELOCIDADE**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**ESCOLA ESTADUAL DR. MÁRIO CORRÊA DA COSTA**  
Decreto de criação n.º 2.147/06/12/82 – Autorização n.º 074/22/05/90 – Renovação do Reconhecimento Port. n.º  
299/05/12/03  
Via 02, n.º 2264 – CEP 78590-000 Fone/fax: (0xx66) 563-1490 – Paranaita - MT.

Paranaita, 26/05/2011.

OF.º 005/2011  
Ao: Sr JULIANO RODRIGO PIOVESAN  
Responsável pela Agência Municipal de Trânsito.  
PARANAITA-MT

**Prezado Senhor**

Vimos através deste solicitar a Vossa Senhoria a instalação de um redutor de velocidade entre o Supermercado Zanette e a Escola Estadual Dr. Mário Corrêa da Costa e uma faixa de pedestre em frente a escola, pois temos uma preocupação muito grande com nossos alunos.

Informamos ainda que, à alguns dias atrás, quase aconteceu um atropelamento em frente a escola. Como é fato o número de automóveis e motos aumentou significativamente, e por estarmos localizado em área central, em frente da escola passou a ter um fluxo muito grande de veículos e muitas vezes em alta velocidade. Assim sendo, a nossa solicitação se torna necessária e urgente, com intuito de evitarmos problemas futuro.

Sem mais para o momento, agradecemos.

  
TÂNIA REGINA V. C. FRANÇA  
DIRETORA-PORT. Nº 003/2010/  
GS/MT/SEDUC/MT  
E.E. Dr. MÁRIO CORRÊA DA COSTA

Atenciosamente.

**ANEXO 12 – NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NOS PSFs**

**Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastro Familiar -  
Mato Grosso**

**Número de famílias cadastradas nas Unidades de Saúde da Família do Município de  
Paranaíta-MT, na série histórica de 2007 a 2012.**

**Município: Paranaíta**

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Famílias	2669	2643	2661	2595	2687	2748

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB

Consulte o site da Secretaria Estadual de Saúde para mais informações.

